

A grande jornada do dia 15

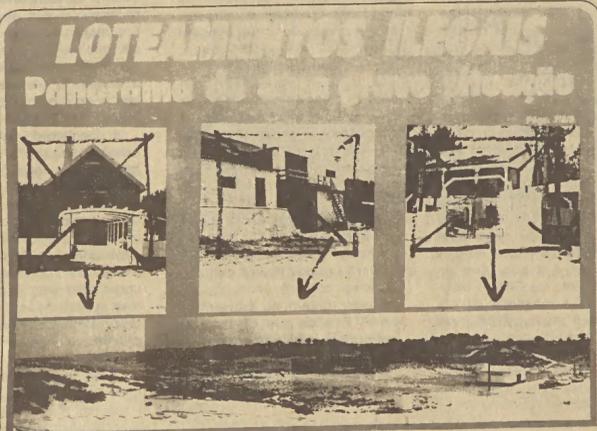
## PODEROSA RESPOSTA DE MASSAS



Págs. 4/5

### Centenas de milhares de pessoas condenaram por todo o País a política do Governo PS/PSD

Suplemento



#### LAY OFF

Quem não sabe  
gerir  
gera  
o que pode

Págs. 2/3

#### CHIPRE

Um país invadido  
pela Turquia  
Um alerta  
para toda  
a Europa

Págs. 10/11

#### EUROPA SIM EUROSHIMA NÃO!

Uma exigência  
em todo  
o continente

Pág. 15



Pág. 3

Novos Centros de Trabalho inaugurados na Guarda e em Gonçalo (na foto) com a presença de Álvaro Cunhal

### PCP condena atentado racista em Maputo

Pág. 8

#### Trabalhadores

- O Orçamento escondido da Segurança Social
- Não no comércio aos horários dos tubarões
- Alastra a vaga dos salários por pagar
- Reformados: a miragem dos 19%
- O Plano e os «planos» do Governo para a economia nacional

Pág. 7

# SEMANA

12  
Quarta-feira



Ordem da Amizade e da Paz

Cedendo às pressões do Governo PS/PSD, a maioria dos membros do Tribunal Constitucional pronuncia-se pela não inconstitucionalidade do imposto extraordinário sobre os rendimentos de trabalho; votaram contra os conselheiros Vital Moreira e Mário Brito ■ A Guarda Fiscal prende no aeroporto de Lisboa um dirigente do MPLA-Partido do Trabalho, angolano, sob acusação de ter desertado do Exército português há onze anos; após várias diligências que não impediram de comparecer perante o juiz, o cidadão angolano foi mandado em paz ■ O presidente Samora Machel agradece Ramalho Eanes com a Ordem moçambicana da Amizade e Paz, no final da sua visita oficial a Portugal ■ A URSS considerará a colação do 1.º missil dos EUA como uma interrupção unilateral das negociações de Genebra, disseram em Moscovo parlamentares da RFA ■ O Partido Comunista do Líbano anuncia que cerca de 50 milanteses seus foram massacrados num bairro de Tripoli, por milicianos fundamentalistas.

13  
Quinta-feira



Marcha da Fome

Chegam a Lisboa os participantes na Marcha contra a Fome, que para além dos vendedores da Marinha Grande aglutinam muitos outros trabalhadores; tanto o Primeiro-Ministro como o Presidente da AR se recusaram a receber os representantes dos trabalhadores ■ Contra a opinião dos sindicatos do sector, o Governo PS/PSD decide liberalizar os horários do comércio ■ O PA promulga o imposto extraordinário sobre rendimentos ■ Devido a um excesso súbito de humidade o sul do País fica às escurelas provocando confusão no tráfego metropolitano e de comboios ■ A Comissão Política do PSD de Lisboa afirma-se contra os novos impostos aprovados pelo Governo ■ O anúncio da transformação do dólar em moeda nacional em Israel provoca uma onda de protesto popular e a maior confusão no país ■ Termina no Chile a sexta jornada de protesto nacional contra o regime de Pinochet ■ Cerca de 30 mil mulheres manifestam-se em Manila contra o ditador Marcos.

14  
Sexta-feira

Mário Soares apresenta desculpas ao ministro angolano das Relações Exteriores, Paulo Jorge, pela detenção de um dirigente do MPLA-PT; a noite o Primeiro-Ministro encerrou as chamadas «audiências Sakharov» que para além do anticomunismo primário primaram pela ausência quase total de assistentes ■ António Capucho afirma indesejável o voto de Mário Soares nas presidenciais de 1985, considerando que o PSD deve arranjar um candidato melhor ■ O Pacto de Varsóvia apela aos países membros da NATO para que concentrem todos os esforços na não implantação de mísseis na Europa e na redução das armas nucleares ■ Começa em Varsóvia a reunião do Comité Central do Partido Socialista Unificado Polaco, dedicada aos problemas ideológicos ■ O presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano afirma no Vaticano que pode haver «movimentos revolucionários justos» ■ O Partido Trabalhista de Israel anuncia que vai apresentar uma moção de censura ao governo de Shamir, após as notícias de dolarização da moeda israelita.

15  
Sábado

Centenas de milhares de pessoas manifestam-se por todo o país condenando a política do governo PS/PSD; em Lisboa e no Porto, cidades onde o protesto popular assumiu maior relevo, as bandeiras negras da fome desfilaram lado a lado com as bandeiras vermelhas afirmando a disposição de luta contra os que tentam levar o país à ruína e ameaçar a democracia ■ O presidente do MDP CDE propõe em Helsinginica a criação de uma zona desnuclearizada na Península Ibérica ■ Mais de dois terços da população da RFA são contra a instalação de mísseis norte-americanos no seu país, revela uma sondagem do Instituto de Sociologia da Universidade de Berlim Ocidental ■ A Companhia Belga dos Caminhos de Ferro anuncia que fará serviços especiais de comboios, a preço reduzido, para Bruxelas por ocasião da manifestação do próximo dia 23 em prol do desarmamento.

16  
Domingo



McNamara

Meneses Pimentel, do PSD, critica a direcção do seu partido por permitir ao PS que lhe invada a base de apoio; a diferença entre a política dos dois partidos do governo é cada vez mais difícil de distinguir ■ Mário Soares afirma em Atenas que a CEE tem de decidir se Portugal deve ou não entrar para a Comunidade ■ O Congresso do PSD dos Açores termina com a reeleição de Mota Amaral como líder regional do partido ■ Termina em Lisboa a conferência da JS sobre a paz e o desarmamento, onde muito foi discutido mas nenhum documento aprovado ■ A Câmara de Guimarães decide fechar as portas em protesto contra o projecto de passagem de Vizela a concelho ■ Um milhão de trabalhadores israelitas entra em greve durante duas horas em protesto contra a política económica de Shamir ■ O ex-secretário de Estado da Defesa dos EUA, MacNamara, afirma que a instalação de novos mísseis na Europa é desnecessária, pois já existem armas bastantes para todas as eventualidades.

17  
Segunda-feira

O governo prepara-se para impor à Função Pública um tecto salarial que na melhor das hipóteses é idêntico ao criado pela defunta AD ■ Os trabalhos da AR são suspensos devido a desertamentos entre a maioria quanto à proposta de lei-quadro de criação de novos municípios ■ O PR preside no Funchal à sessão comemorativa do 30.º aniversário da convenção europeia sobre direitos do homem e abertura de um colóquio sobre o mesmo tema ■ O Instituto Nacional de Estatística informa que os preços aumentaram 22,7% nos primeiros nove meses do ano ■ Racistas sul-africanos atacam a bomba um escritório do ANC em Maputo ■ Reagan formaliza a sua recandidatura à presidência dos EUA ■ O diário espanhol «El País» admite a possibilidade de existirem armas nucleares britânicas em Gibraltar, o que considera de extraordinária gravidade ■ Informações chegadas a Port-of-Spain afirmam que o primeiro-ministro de Granada está sob prisão domiciliária.

18  
Terça-feira

Em comunicado divulgado à Comunicação Social, a C. Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN afirma a necessidade de levar a cabo um conjunto de acções com vista ao desenvolvimento e intensificação de todas as lutas em curso para fazer frente às manobras do patronato e do Governo, nomeadamente quanto a pagamento de salários em atraso, 13.º mês e «lay-off» ■ Confirma-se a visita oficial em Dezembro do presidente da Guiné-Bissau ao nosso país ■ O primeiro-ministro de França, P. Mauroy, reafirma as reservas e desconfianças do seu país face ao alargamento da CEE a Espanha e Portugal.

## Editorial

# PODEROSA RESPOSTA DE MASSAS

No sábado, nos principais centros populacionais do País, centenas de milhares de trabalhadores deram nas ruas uma concludente resposta à guerra social que lhes é movida pelo Governo Soares/Mota Pinto. Das potentes manifestações populares do dia 15 impõe-se fazer a necessária leitura política, inseri-las na situação intrincada e dura que vivemos, extrair delas imprescindíveis conclusões para o futuro imediato. Pode o Governo iludir as realidades, iludir-se a si próprio, enterrar a cabeça na areia como a avestruz. Pode cair mesmo na tentação fácil de titular esta poderosa jornada de luta da classe operária e do movimento sindical unitário de mera «agitação social» ou de «acção desestabilizadora do PCP». Pode ainda, para uso interno, tentar reduzir-lhe a projecção e o significado. Isso não altera no mínimo a natureza intrínseca e a dimensão política do acontecimento.

A imponente resposta de massas à política do Governo é a rejeição categórica e clara da política antipopular e antinacional de governantes que insensatamente estão empurrando o País para o caos social e a bancarrota, atirando os portugueses para formas de dependência que ferem a própria dignidade nacional, arrastando os trabalhadores para uma situação insustentável.

O Governo actual está lançado em pleno na reconstituição acelerada do poder económico e político dos monopólios, promove de maneira brutal a acumulação forçada de capitais intensificando a exploração e a miséria dos trabalhadores.

A equipa governante de Soares e Mota Pinto é, eia própria, um embrião do poder político do grande capital. No plano social, a política do emprego, a política dos preços e salariais, a injusta repartição da carga fiscal, são os instrumentos dessa acumulação capitalista contra os quais no dia 15 firmemente lutaram os trabalhadores.

O Governo PS/PSD criou ao povo trabalhador uma situação que não pode contrabater-se senão pela via da luta. As bandeiras negras que de norte a sul pontilhavam as manifestações populares do dia 15 exprimiam uma situação objectiva que atingiu níveis de miséria para centenas de milhares de portugueses.

O desemprego atingiu o escalão dos 470 000 desempregados, 11 por cento da nossa população activa, e o próprio Primeiro-Ministro já anunciou que este número iria subir até ao fim de 1983 de mais de 100 000 desempregados.

O aumento do número dos sem trabalho é uma medida friamente planificada entre os negociadores do acordo/guillotina com o FMI.

Sabe-se que a meta prevista nos acordos poderá atingir até meados de 1984 a cifra impressionante do milhão de desempregados. Docil às imposições do grande capital português e estrangeiro, o Governo, com a sua domesticada maioria parlamentar, fez já passar na Assembleia da República instrumentos legislativos que abrem a porta aos despedimentos em massa de trabalhadores.

O «lay-off», que pode teoricamente levar a suspensão do trabalho 90% dos trabalhadores no activo, abre ao patronato vastas possibilidades de despedimento sem justa causa. A colação forçada de empresas em «situação económica difícil» e a «desactivação» de algumas mais importantes sob outras formas de execução desses sinistros planos.

E significativo que se na comunicação social estatizada o ministro Almeida Santos prevê o despedimento de 2000 trabalhadores e que os próprios médicos tenham denunciado propósitos governativos que podem levar ao desemprego 4000 clínicos! Na Função Pública está nos pla-

nos do Governo uma autêntica razia nos postos de trabalho.

Por outro lado, os números atrás citados não incluem o desemprego parcial que flagela centenas de milhares de trabalhadores.

Cresce o número de operários com os salários em atraso, uma das formas mais odiosas do desemprego parcial que ainda recentemente se avaliavam em mais de 100 000 trabalhadores, cujas remunerações não pagas ultrapassam os dois milhões de contos!

Situações dramáticas multiplicam-se sem que o Governo mexa um dedo para lhes pôr cobro. Na indústria têxtil, de que se anuncia o encerramento de 49 empresas, mais de 50 mil trabalhadores têm salários em atraso. No Distrito de Setúbal o montante das remunerações não pagas excedia os 500 mil contos e em Lisboa mais de 600 mil.

O Governo, na típica atitude dos tempos da outra senhora, fecha os ouvidos às sentidas reclamações de trabalhadores famintos. O ministro do Trabalho, Amândio de Azevedo, ao mesmo tempo que recebia os representantes do patronato e do SIMA, da UGT, recusou-se a receber a delegação dos sindicatos metalúrgicos a pretexto do barulho que faziam no largo fronteiriço ao Ministério do Trabalho...

O Primeiro-Ministro e mesmo o Presidente da Assembleia da República, que costuma exibir os seus «medalhões» democráticos, recusaram-se a receber a delegação dos operários vidreiros da Marinha Grande que há um ano não recebem salários.

Claro, como convém, a CIP queixa-se ainda da «falta de operacionalidade» do Governo na aplicação do «lay-off», enquanto os dirigentes laicais da UGT admitem negociá-lo, achando que devia ser acompanhado de outras leis complementares.

Vitor Crespo, o ex-futuro primeiro-ministro do PSD, advogava mesmo há poucos dias a mobilização forçada dos desempregados em trabalhos gratuitos para o Estado...

E além disso significativo que, mesmo sem nunca ter sido pago, o Governo tenha decretado ultimamente a suspensão do subsídio aos jovens desempregados que procuram o primeiro emprego...

A proliferação dos contratos a prazo é outra ameaça de desemprego que o patronato e até o Estado manejam activamente.

Sucedem-se os despedimentos de trabalhadores nos termos dos contratos; classes e camadas vastas estão sob a alçada deste iníquo sistema de insegurança no trabalho.

Segundo o próprio Ministério do Trabalho 11,1% dos trabalhadores no activo estão nessas condições, mas em sectores laborais como a Construção Civil, por exemplo, a percentagem dos contratos a prazo eleva-se a 41,3%.

Por outro lado o ministro das Finanças, um monstro da «austeridade» contra os trabalhadores, anuncia novos tectos salariais abaixo da taxa de inflação, que atingiu, segundo as fontes oficiais, mais de 20 por cento no 1.º semestre do ano em curso.

O aumento constante do custo de vida e a diminuição dos salários reais são uma componente necessária da guerra social que o Governo move aos trabalhadores.

De Janeiro a Julho o custo de vida aumentou 21,3% (na Habitação mais 24,1% e nos Diversos mais 23,9%). Os últimos aumentos conhecidos (no bacalhau, no frango e nos ovos) sobem a 20%, em alguns concelhos o custo da água subiu 100%!

Os salários reais, que de 1977 a 1979 diminuíram 16% e de 1981 a 1982 de 17,8%, sofreram uma nova quebra que o Governo quantifica em 2,5% nos primeiros seis meses do ano em curso, mas que seguramente ultrapassa esta percentagem.

# Saudação aos camaradas de Madagáscar

O Comité Central do PCP enviou no passado dia 15 ao Comité Central do Partido do Congresso e da Independência de Madagascar a seguinte saudação:

Queridos Camaradas: O Comité Central do PCP saudá fraternalmente o X Congresso do AKFM e, através dos seus delegados todos os membros do vosso Partido e expressava-vos a nossa inteira solidariedade e os melhores votos de sucessos à vossa acção orientada, em aliança com as restantes forças progressistas e revolucionárias do vosso país, para a consolidação e desenvolvimento do regime progressista de Madagascar, pela consolidação da independência nacional, pelo progresso social e o socialismo.

O X Congresso do AKFM tem lugar numa situação internacional particularmente tensa e complicada. A braços com a profunda crise do seu sistema de exploração e opressão e tentando a todo o custo impor-se ao avanço do socialismo, e ao desenvolvimento impetuoso da luta dos trabalhadores e dos povos pela sua libertação nacional e social, o imperialismo norte-americano e os círculos mais reaccionários da NATO desencadearam uma perigosa contra-ofensiva militarista agressiva, que cria seriíssimos perigos para a paz, assim como para a liberdade e a independência dos povos de numerosos países e regiões do mundo. Tal é patente designadamente na África Austral e no Oceano Índico, regiões em que as posições do vosso Partido e do vosso país, firmemente anti-imperialista e em prol da paz e da solidariedade internacionalista desempenha um papel muito importante.

O PCP considera que é possível defender a paz e derrotar a política de guerra e agressão do imperialismo. Para isso considera de fundamental importância o fortalecimento da unidade do movimento comunista e operário internacional e o fortalecimento da amizade e solidariedade das grandes forças revolucionárias da nossa época: a URSS e os países socialistas, os países progressistas, a classe operária dos países capitalistas, o movimento de libertação nacional.

Em Portugal os comunistas portugueses estão empenhados

# Luta pela Paz iniciativas em todo o País

A Semana Mundial de Desarmamento, que culminará dia 29 com as Marchas da Paz em várias cidades, do nosso país, está a ser assinalada com múltiplos encontros, realizações diversas, sessões de esclarecimento.

A semana passada realizaram-se sessões em Vila Real de Trás-os-Montes, Seixal, Chaves, Régua, Lisboa.

Para hoje, dia 20, está prevista uma sessão, em Lisboa, na Sociedade Portuguesa de Autores. A 21 de Outubro deverão realizar-se sessões em Viana do Castelo, Aveiro, Coimbra, Santarém e Lisboa. Este encontro em Lisboa, é uma realização conjunta com o MDM e contará com a presença de delegações da Nicarágua e El Salvador, vindas expressamente ao nosso país para participarem nas marchas da Paz do dia 29.

Estão previstas também sessões para Espinho, Guimarães, Braga, Caminha, Lamego, Portalegre, Viseu, Figueira da Foz, Castelo Branco, entre outras. No Porto estão em andamento diversas iniciativas, que incluem a criação, na Praça da Liberdade, de um «espaço reservado à paz», preenchido com a instalação de um palco onde haverá teatro infantil, espectáculos, conferências de imprensa, sessões sobre desarmamento, e ainda uma exposição sobre os perigos da guerra e a luta pela paz. Também nas empresas se registam iniciativas pela paz. Na Siderurgia Nacional — e é apenas um exemplo — em plenário geral, os trabalhadores aprovaram uma moção em que afirmam a sua adesão à semana de desarmamento e às marchas da paz e apelam a todos os trabalhadores para que participem nestas iniciativas.

numa luta dura e difícil em defesa das conquistas da Revolução de Abril, contra a política abertamente antipopular e antinacional do actual Governo de coligação PS/PSD, dirigido pelo Partido Socialista, por uma alternativa democrática.

Travamos esta luta com determinação e confiança. O movimento operário e popular no nosso país é poderoso e combativo. O nosso Partido continua a fortalecer-se e a alargar o seu prestígio e influência entre as massas.

A política do actual Governo não resolverá nenhum dos grandes problemas nacionais, antes os agravará a todos. É patente, que só com o PCP, so com os trabalhadores é possível encontrar uma saída para a crise e prosseguir a via do progresso e independência

## «Testemunhos»

# A podridão moral e política dos patrões e serventuários do anticomunismo

1. O programa «Testemunhos» transmitido pela RTP vale como um novo testemunho de que a RTP, dominada pelo PS e pelo PSD, é tão repugnante nos métodos como nos seus objectivos políticos.

Foi mais um acto de puro terrorismo ideológico, um amontoado de grosseiras calúnias, montagens e falsificações, ditadas por um anticomunismo movido mais à força de dólares do que de convicções.

2. A RTP, que serve de altifalante de umas «Audiências Sakharov» (que de outra forma passariam praticamente despercebidas) e hipocritamente inquieta com a salvaguarda dos «direitos humanos», é a mesma RTP que desde há sete anos espelha elementares direitos do Homem quando, depois de despedir ilegalmente 23 trabalhadores em acto de perseguição política, continua hoje a recusar a sua reintegração, desrespeitando leis da República e mesmo uma sentença explícita de um tribunal.

3. A RTP e os promotores e patrocinadores das «Audiências Sakharov» (personalidade que se notabilizou designadamente pelos rasgados elogios a Pinochet e à sua obra de «renascimento do Chile») mentem sobre a realidade de outros países para melhor continuarem a mentir sobre a realidade do nosso país. Fingem-se defensores dos direitos do Ho-

mem e das liberdades noutros países para melhor continuarem aqui em Portugal a sua ofensiva para a liquidação das liberdades e direitos dos cidadãos. Caluniam outros países para melhor desviar as atenções dos seus numerosos crimes contra o Povo português e fazerem esquecer os agudos problemas e clamorosas injustiças com que atingem duramente os portugueses. Proclamam-se indignados e revoltados com o que dizem passar-se alegadamente noutros países para melhor tentarem esconder e silenciar a indignação e a revolta que cresce na sociedade portuguesa contra a sua política de miséria e de sastre.

4. A bandeira esfarrapada do anticomunismo — quotidianamente desfalçada na RTP — será um dos muitos denominadores comuns entre os que estavam ontem no Governo e na RTP e os que de novo lá estão hoje outra vez. Pode até muito bem ser, a avaliar pela carinhosa «reabilitação» da du-

plia Maria Elisa/Artur Albarran, motivo de generoso perdão para gente acusada de especial apetite pelo aproveitamento e delapidação de dinheiros públicos. Mas não chegará para impedir que, cada dia que passa, fique mais clara a podridão moral e política dos patrões e serventuários do anticomunismo e que se torne sempre mais ampla a condenação de uma política, de um Governo e de uma televisão que afrontam e ofendem os mais legítimos direitos, aspirações e interesses do Povo português.

5. De acordo com o que é prática habitual da RTP e atestado desde logo o seu conhecido respeito pelos direitos dos cidadãos e pelas liberdades democráticas, é mais do que provável que a presente nota será completamente escamoteada nos noticiários da RTP, como tem sido regra com todas as posições assumidas pelo PCP sobre candentes problemas do Povo e do País.

14.10.83 SIP do PCP

**Avante!**  
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

**O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo**

**PROPRIEDADE: Partido Comunista Português.** Rua S. João de Deus, 1699 - Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

**DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL Serviços Centrais.** Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828/779825/769751.

**Casa da Venda em Lisboa:** Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

**Centro Distribuidor de Évora:** Alcazarva de Baixo, 43 - 7000 Évora. Tel. 26361.

**Centro Distribuidor de Faro:** Rua 1.º de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

**Delegação do Norte:** Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 653993/699514.

**Centro Distribuidor de Coimbra:** Tamariz da Eva, 6 - 3000 Coimbra. Tel. 28394.

**ASSINATURAS:** Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º - 1000 Lisboa. Tel. 766402.

**EXPEDICIÓN:** R. João de Deus, 23 - Venda Nova - 2700 Amadora. Tel. 900044.

**PUBLICIDADE CENTRAL:** Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B - 1100 Lisboa. Tel. 776336/776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq.º - 4000 Porto. Tel. 381067.

**Composto e Impreso na Heka Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.**

Depósito legal n.º 205/82

**Tragem do mês de Setembro: 43 540**

Assembleia da República

Bloquear Vizela, adiar Vizela é o projecto do Governo PS/PSD

Que afinal a interpelação do Partido Comunista Português não vinha abrir os trabalhos desta segunda sessão legislativa, toda a gente já esperava...

sibilidade democrática suficiente, apresentando uma lei "que dispensa a intervenção ponderada e séria dos deputados desta Assembleia"...

A política de continuidade

Foi Anselmo Anibal, da bancada comunista, quem interveio pelo grupo parlamentar do PCP...

Anselmo Anibal recordou o tempo muito recente em que o PS se manifestava sobre a não necessidade de uma lei-quadro para a criação ou extinção de municípios...

O Governo, afirmou o deputado, ao optar embarcar na barca da defunta "AD" procura, também nesta área, fazer o que a "AD" não tinha conseguido fazer.

Criticando depois o espartilho da proposta - número de quilómetros quadrados, densidade populacional, número de eleitores, toda uma série de requisitos que mais não visam que deixar de fora toda uma série de pretensões à ascensão à municipalidade...

A lei quadro tornar-se-ia, aliás, contraditoriamente,

faca de vários gumes. Um deles, o facto de ser pretensamente exactista tem o ónus de estabelecer valores mínimos que fariam com que localidades hoje ligadas a uma estrutura municipal coe-rente e historicamente determinada, fossem passíveis de instrumentalização por um qualquer baillismo caciquista...

E o deputado continuou: Um outro é o de tais limites pretensamente exactistas serem, em relação a muitos municípios existentes, valores não alcançados e descredenciando-se face a outros ou a actividade caciquista.

Um ou dois exemplos, Arouca, hoje município, do Distrito de Aveiro, 75 habitantes/Km², condição 1 do Art.º 3.º da proposta de Governo PS/PSD tendo 345 Km² não teria condições globalmente para estar nos requisitos do

ponto 1. O Governo PS/PSD não diz que iriam ser desprovidos tais municípios, mas o certo é que o terreno pode ser pasto para alguns pescadores de águas turvas. Aljustrel tem densidade da ordem dos 32 habitantes/Km² e menos de 500 Km² e cerca de 10 000 eleitores o que não o poria em condições de ser município, se já o não fosse.

A metodologia que caracteriza basicamente esta proposta de lei é uma metodologia toda ela concebida para bloquear Vizela e adiar Vizela, acusou Anselmo Anibal, que se referiu ao longo rol de artigos que não só dificultam o processo da criação de qualquer município como criam prazos alongando no tempo a concretização do mesmo.

Finalmente o deputado do grupo parlamentar comunista salientaria a inconstitucionalidade em que o Governo caiu, na "ânsia de complicar", ao prever o recurso ao referendo. Mas o Governo já é usário nisto. E a Constituição é, para ele, um papel.

Mas que uma proposta de lei viesse, no seu articulado, contrariar e dificultar aquilo que aparentava propor é que é mais raro acontecer e surpreendeu os mais distraídos. Com efeito, o projecto governamental de uma lei-quadro de criação de novos municípios, que ficou demonstrado no debate, apenas quis adiar a questão de Vizela e arquitectar toda uma série de obstáculos à subida a concelho de numerosas autarquias que aguardam que se lhes dê atenção às aspirações.

Apesar de elaborada com o fito de atrair para as calendas a elevação de Vizela a concelho, a proposta de lei do Governo veio lançar a discórdia entre os parceiros da coligação, impedindo nomeadamente o início dos debates marcados para segunda-feira passada. O PSD resmungava pelos corredores que não conhecia com antecedência o teor da proposta e que a mesma acabaria, mais tarde ou mais cedo, por permitir aos vizelenses ganhar a batalha em que há tanto tempo estão empenhados. De interrupção em atraso, os trabalhos desse dia ficaram em águas de bacalhau. Não sem que corresse entre os jornalistas que, em reuniões com o Governo - mais precisamente com o ministro Eduardo Pereira - houve grande gritaria, chegando, ao que se diz, o PSD a insistir com o ministro para que se demitisse.

Mas aparências desta mal colada coligação tinham de ser salvas. Se não a todo o custo, pelo menos com os custos de cedências e compromissos. Que teriam ficado mais ou menos assim: a proposta governamental seria votada e baixaria à comissão respectiva onde adormeceria nas gavetas. O projecto comunista sofreria a recusa dos parceiros coligacionários. O do PS passava. Mas, a "obrigação" de enquadrar-se numa "lei-quadro" que não

fora completamente aprovada, iria deixar pendente a questão eternamente.

Lei travão

De qualquer modo, o Partido Socialista encontra-se em posição pouco invejável, mercê do seu oportunismo, das promessas eleitoralistas que fez em Vizela, dos compromissos que tomou entretanto com os inimigos de Vizela-concelho.

A "esperteza" da criação desta "lei travão", como lhe chamou o deputado comunista José Magalhães acusando o PS de renegar os compromissos eleitorais e criando "um calvário de trâmites" a cada caso de elevação a município, não vai funcionar completamente. Pelo menos, o julgamento dos vizelenses não deixará de ser severo. A apreciação da proposta, salvo o tom galhofeiro e triunfalista do ministro que fazia das tripas coração, e salvo também a atitude subserviente dos deputados do PS e a anuência reservada do PSD para jornalista ver, foi bastante crítica. O CDS, por seu lado, apresentou um projecto ainda mais espartilhante que o do Governo. Porém, da ASDI ao MDP e, é claro, com a oposição frontal do PCP, as críticas choveram, algumas apontando aspectos inconstitucionais da proposta.

Vilhena de Carvalho, por exemplo, falando em nome da ASDI, salientou o aspecto de esta lei não poder impedir, apesar de o pretender, a Assembleia da República de aprovar, como só a ela compete através da Constituição, a criação de municípios. Um contrassenso, portanto, uma inconstitucionalidade.

Helena Cidade Moura, do MDP, depois de fazer notar ao ministro que não tivera a «sen-

A luta dos trabalhadores entra pela Assembleia dentro

A luta dos trabalhadores tem, malgrado o torcer de nariz da coligação e dos seus apêndices, entrado na Assembleia da República. Pela voz dos deputados, como é registado mental. Mas também à margem do regimento, uma vez que se vão tornando mais frequentes os protestos que grupos de populares, cujas vozes se não fazem ouvir pelo Poder doutro modo, recorrem à curta e logo abafada manifestação nas galerias.

Na terça-feira passada, a meio dos trabalhos, de repente, duas mulheres aparecem no plano negro onde se pode ler fuzadamente "Os trabalhadores da Corame não recebem salários há 4 meses!". "Cumpram-se os direitos humanos em Portugal!"

Prontamente, um par de polícias arrebatou o pano às mulheres, uma das quais estava grávida, à espera portanto de um filho que chega em tempo de privações.

Nas outras duas galerias, vozes levantaram-se: "Senhor presidente, tenho três filhos e não tenho pão para lhes dar!" "Há quatro meses que não recebemos e não temos que comer!". Homens e mulheres, enquanto os polícias se atiravam a expulsá-los, gritaram um protesto dramático, sob o silêncio dos deputados do lado esquerdo e a "indignação" do lado direito. O presidente gritou para os manifestantes: "Tenham respeito por esta Assembleia!". Nesse momento não pudemos deixar de pensar que a maioria daquela Assembleia não tem respeito nenhum por quem trabalha. Quem trabalha, porém, sabe-o. E manifestou-se justamente, no passado sábado contra a política do Governo apoiado pelo PS e pelo PSD.

A manifestação foi objecto de um discurso do camarada António Mota, do PCP, que na segunda-feira passada, enquanto a maioria andava a

roda dos sakharoves e dos walesas, levou à AR as questões nacionais que mobilizam o mundo do trabalho, em intervenção de que publicamos extractos.

(...) Com 5 meses de Governo, verificamos que o agravamento das condições de vida do nosso povo é constante. O Governo tem praticado uma política de recuperação capitalista e latifundista, seguindo e agravando em muitos casos, a política da AD.

O desemprego não deixa de aumentar, milhares e milhares de trabalhadores não recebem os salários. Este facto só por si constitui um gravíssimo atentado aos direitos dos trabalhadores e ao próprio direito à vida.

(...) Aumentam os bens de primeira necessidade - a água, os transportes, os telefones, a luz. No Porto o aumento brutal da electricidade vai criar situações ainda

mais difíceis aos já magros orçamentos familiares.

(...) Como se não bastasse a situação difícil dos trabalhadores e do Povo português, o Governo vai subtrair em Dezembro 28% sobre o 13.º mês.

A política económica e financeira dos últimos governos não tem resolvido os problemas estruturais da nossa economia. O Governo PS/PSD, acatando as recentes imposições do FMI aprovada ainda mais as dificuldades do País. Já estamos a assistir a mais falências, encerramento de empresas, mais trabalhadores sem salário, aumento dos despedimentos.

(...) O desemprego grassa assustadoramente. Dá-se como certo que ronda os 11%, isto é, aproximadamente 470 mil desempregados, mas o certo é que o número de desempregados, segundo previsão da própria imprensa

Um OGE que é mas não é...

O atropelo aos princípios, às regras democráticas, à Constituição, é, para além do mais e do mau, o que caracteriza este Governo, nomeadamente nas suas relações com a Assembleia da República. Todos os dias estão a acontecer casos que de tal são exemplo. E o último foi na passada terça-feira, com a "aparição" da proposta de lei 47/III do Orçamento do Estado para 1984. Ora, apesar do título, não é de uma proposta de OGE que se trata, mas de, como antes da revisão constitucional se fazia, de um documento carregado de generalidades.

Por proposta do próprio Partido Socialista, na altura da revisão da Constituição, esta passou a exigir a apresentação na Assembleia da República de uma proposta de OGE devidamente especificada e não da proposta de autorização legislativa que continha generalidades a enquadrar o Orçamento. No entanto o Governo foi contra o novo articulado da Lei Fundamental. E não se ficou por aí. Como assinalou a camarada Ilda Figueiredo a quem pedimos um comentário:

Ainda nem sequer foi discutida a nova lei de enquadramento do OGE - sublinhou a deputada comunista - cuja discussão na AR está agendada para amanhã. Só depois de discutida e aprovada a nova lei de enquadramento do OGE é que o Governo deveria enviar à Assembleia o OGE para 1984, tendo em conta a nova legislação. Mas, na sua campanha demagógica de querer afirmar que, pela primeira vez, os prazos foram cumpridos, o Governo não teve em conta a Constituição da República.

Querendo fugir à apresentação de facto do OGE com distribuição e especificação das despesas a realizar em cada ministério, secretarias de Estado, direcções gerais, serviços, etc., entregou apenas as directrizes de elaboração e execução do OGE para 1984. Quando entregará de facto o OGE para 1984, nos termos actuais da Constituição?

E a camarada sublinhou ainda: É que, se esta proposta já "está de acordo" com a Lei de enquadramento proposta pelo Governo e apenas entrege na AR, é porque o Governo, confiando antecipadamente na sua aprovação sem alterações considera os seus deputados como uma máquina de votar...

afecta ao Governo e, facto nunca desmentido, irá aumentar para cerca de 1 milhão para 1984. Este número poderá ser ainda superior, caso prossiga a política do Governo PS/PSD.

Basta ter em conta que o Governo considera que no sector estatal da nossa economia haverá 50 a 100 mil trabalhadores eventuais, de onde se pode inferir que para estes trabalhadores o futuro será o desemprego.

(...) Aliado ao desemprego institucionaliza-se o facto de os trabalhadores trabalharem e não receberem os seus salários, sua única fonte de receita. Trata-se de um bom investimento do patronato. Não se corre risco em não pagar os salários. Coloca-se o dinheiro a render e recebem-se os respectivos juros.

Só no Distrito de Lisboa e Setúbal são mais de 60 mil os trabalhadores sem salários. No sector têxtil o patro-

nato deve mais de 500 mil contos - salários, subsídios de férias e 13.º mês.

(...) Esta situação é dramática. Há lares inteiros com fome. Crianças que se alimentam mal. Trabalhadores que vivem da solidariedade de outros camaradas de trabalho. Quem resiste a 17 meses sem salário como os trabalhadores da Fontela, o mesmo sucedendo com a CIVE, a FEIS, M. Roldão, etc. Criam-se graves problemas sociais e morais aos trabalhadores e às suas famílias.

(...) O Governo não resolve os problemas do País. Com esta política vê-se mais isolado. Diminui a base social de apoio ao Governo. Centenas de milhares de trabalhadores desceram à rua protestando contra a política de direita.

PCP

VISITA AO DISTRITO DA GUARDA

Álvaro Cunhal na Guarda e em Gonçalo

"A inauguração deste Centro de Trabalho tem grande significado para os trabalhadores deste distrito", afirmou o camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, ao inaugurar o novo Centro de Trabalho da Guarda, no princípio da noite de sexta-feira passada, acompanhado pelo camarada Jaime Serra, da Comissão Política do Comité Central e de dirigentes locais e regionais do Partido. A visita do secretário-geral do PCP ao distrito - à Guarda onde pela primeira vez falou num comício, e a Gonçalo no dia seguinte -, foi oportunidade para destacar o papel dos comunistas, a sua relação com os outros trabalhadores e democratas, a sua importância determinante na resolução dos problemas nacionais.

da, quem primeiro interveio saudando os presentes e sublinhando o significado da visita, referindo-se também ao avanço que as forças democráticas têm registado na região.

Depois foi a intervenção de Álvaro Cunhal. Mas o que estava marcado como comício depressa se transformou em sessão de esclarecimento. Depois de abordar a situação política nacional, criticando vivamente a política da coligação PS/PSD e demonstrando que, tal como os anteriores, também "este Governo será derrotado, a sua política será derrotada", o secretário-geral do PCP dispôs-se a responder a perguntas que, da assistência, quisessem formular.

o candidato de toda a direita contra uma candidatura democrática. Quanto ao aparecimento de um candidato democrático, Álvaro Cunhal sublinhou que ele seria encontrado e não apenas para concorrer: "Temos confiança que aparecerá e para ganhar."

Estas palavras do secretário-geral do PCP foram particularmente aplaudidas. No período das perguntas foi nítida a preocupação, comum à maioria delas, provocada pela política do actual Governo. A questão do roubo de parte do 13.º mês com o imposto retroactivo - "quem nos garante", perguntaria um dos presentes, "que esse dinheiro tirado aos trabalhadores não fica no bolso dos patrões em vez de ir para os cofres do Estado?" -, a questão dos aumentos de preços, particularmente a dos combustíveis que sobem quando em outros países o seu preço desce, os problemas dos reformados, os cortes de subsídios às cantinas universitárias.

Mas não foram apenas os problemas nacionais que preocupavam os presentes. Uma pergunta, interessante e oportuna, sobre a Polónia: "Se o PCP fosse Governo faria a mesma política que é actualmente seguida na Polónia?"

Álvaro Cunhal, que recordou primeiro os erros anteriormente cometidos pelo Governo polaco e o aproveitamento subsequente pela contra-revolução de tais erros, que estava a levar à preparação de um massacre de comunistas, adiantou depois que a pergunta não ficaria sem resposta directa: "Pensamos que o PCP não cometeria esses erros e teremos em conta os ensinamentos do que se passou na Polónia. Se os comunistas em Portugal fossem para o Governo - e chegará o dia em que irão -, não só resolverão os problemas nacionais, como garantirão ao nosso povo a liberdade e a democracia com muito mais profundidade do que o fazem os partidos reaccionários que têm estado no Governo."

Os aplausos que tantas vezes sublinharam o discurso e

as respostas do secretário-geral do PCP subiram de tom no final. A sessão política tinha terminado. Mas depois Samuel encarregou-se das canções. Que ficaram a vibrar no cine-teatro, já a noite ia alta.

Gonçalo

A aldeia fica entre as duas beiras. E, sendo sábado um dia de trabalho ali, como pude mos verificar, era um dia especial. Gonçalo recebia pela primeira vez a visita de Álvaro Cunhal. As pessoas vinham às portas, assomavam às janelas, desciam à rua. E, com foguetes recebiam os visitantes. Com abraços.

Acompanhado dos dirigentes da cooperativa de Gonçalo, a Cescoop, o secretário-geral do PCP visitou as instalações da fábrica onde laboram cento e cinquenta trabalhadores, na maioria mulheres. Mas nesse dia havia mais gente do que os trabalhadores da cooperativa. Gente que ali entra como em casa sua, porque a cooperativa é como que o coração da aldeia.

Cestos, cadeiras, mesas, o vime a ser separado, cortado, entrançado, movimentos rápidos e sabedores. A cooperativa compra toneladas de vime - cem toneladas - à Madeira, ao Algarve, ali mesmo na região e também a Espanha. Se mais houvesse, mais era trabalhado, que a cooperativa não tem mãos a medir para as encomendas, trata-se de uma fábrica sem problemas, gerida por trabalhadores, a mais-valia fica nas suas mãos, não enche os bolsos de nenhum patrão.

Álvaro Cunhal foi recebido pela direcção num acanhado escritório onde assistimos a demorada conversa, uma conversa fraternal. Ali, comunistas, socialistas, trabalhadores sem partido respeitam-se e cooperam. "A situação presente é de sólida estabilidade", diz o camarada José Fernandes, membro da Comissão de Freguesia do PCP, dirigente da Cescoop. Di-lo com orgulho. Não há dívidas. Os clientes têm mesmo de ser seleccionados, pois a procura é já maior que a oferta. E a exportação



Cidade da Guarda: uma sala completamente cheia para ouvir o secretário-geral do PCP

consome muito do que ali se fabrica.

"Hoje um trabalhador ganha mais numa hora do que ganhava num dia quando da fundação da cooperativa em 1974." Ao princípio, o salário era menor que o mínimo nacional. Mas o esforço produziu os seus frutos e hoje a Cescoop influencia mesmo os preços e salários na zona.

O secretário-geral do PCP mostra conhecer, na generalidade, «o trabalho notável realizado pelos trabalhadores» e interessa-se de pormenores, da situação da fábrica, da vida democrática da cooperativa. Não tem havido listas para a direcção. A Assembleia-Geral vota individualmente aqueles que quer ver na direcção e estabelece o programa. "Nada de importante é decidido sem o consenso dos cooperantes", diz ainda José Fernandes. E salienta o bom ambiente das relações entre todos: "Tem sempre havido militantes comunistas na direcção, mas não é a maioria. Mas são todos amigos do nosso Partido."

A concluir: "Com o tempo, aqui em Gonçalo, com a cooperativa e com a ajuda do nosso Partido isto vai melhorar."

Álvaro Cunhal comenta: "E também no país, com os ou-

tros democratas e conosco..."

A saída oferecem ao secretário-geral do PCP um cesto. Com flores, cravos vermelhos de amizade. Depois todos se encaminham para o local do almoço, atravessando a aldeia. Álvaro Cunhal visita ainda dois cesteiros independentes que lhe mostram o seu trabalho. Ali em Gonçalo, trabalhadores independentes e cooperativa não se hostilizam.

Socialistas e comunistas juntos

Dezenas de democratas participam no almoço. Há saudações. O dirigente comunista retribui saudando o povo de Gonçalo. E ainda José Fernandes faz um apelo. Para que o entusiasmo criado com a inauguração do Centro de Trabalho que terá lugar daí a pouco e com a visita de Álvaro Cunhal, para que esse entusiasmo não se perca, seja aproveitado para amanhã e para depois, para que reúna militantes e os empenhe no trabalho.

Subimos de novo a rua longa que atravessa a aldeia. Lá no cimo um Centro de Trabalho a brilhar de novo. Com uma história - de ser construído com o esforço dos gonçalenses - a que o "Avante!" já se referiu nestas páginas.

Uma visita rápida às instalações, a inauguração está feita, o Centro é invadido por muita gente. Não só comunistas. O presidente da Junta, Amadeu Bidarra, do PS, cumprimenta o secretário-geral do PCP: "Nós, em Gonçalo, socialistas e comunistas, andamos sempre juntos."

Depois foi um comício. Ali mesmo ao lado da porta do Centro, num estrado montado para o efeito. José Fernandes lê uma carta de um camarada que comovidamente saudá a inauguração da nova casa dos comunistas.

Álvaro Cunhal, por sua vez, em nome do Comité Central, retribui felicitando e amigos que contribuíram para erguer o modesto mas belo prédio que ficará aberto aos trabalhadores e aos democratas. Dirige palavras de elogio ao trabalho criativo da população de Gonçalo, ao "magnífico exemplo" da cooperativa, que contém uma lição, a de que "os trabalhadores, sem os capitalistas, sabem fazer progredir a economia." Sauda também a actividade colectiva em que o povo da aldeia se empenha, no clube desportivo da terra, por exemplo. "Não apreciamos apenas o que fazem os nossos camaradas, mas tudo aquilo que de positivo faz o nosso povo."



Durante a visita à Cescoop, em Gonçalo, cooperativa com 150 trabalhadores

que encheram a plateia. Conforme nos disseram registava-se a presença de numerosos socialistas que ali se encontravam para ouvir o dirigente comunista.

Na mesa, além dos camaradas Álvaro Cunhal e Jaime Serra, tomaram lugar os camaradas Jorge, da Comissão Concelhia de Seia, Ambrósio, da Guarda, José Maria, de Manteigas, Maria de Lurdes, da Guarda, e Mário Canotilho, de Pinhel. Presentes ainda os camaradas Sobral, da Comissão Distrital da Guarda, e Oliveira, da Direcção da Organização Regional da Beira Interior. Foi o camarada João Ambrósio, da concelhia da Guar-

Um candidato democrático para ganhar!

Insistindo em que existe uma "alternativa democrática" e que ela virá a concretizar-se, Álvaro Cunhal denunciou as manobras em que os dirigentes do PS e da direita se encontram já empenhados para conseguirem uma candidatura à ainda distantes eleições presidenciais: Mário Soares apareceria na primeira volta como o candidato da democracia, da "esquerda", contra, eventualmente, Freitas do Amaral; conseguia assim votos dos socialistas; numa segunda volta, Mário Soares acabaria por ser

## Nacional

# O POVO NA RUA DISSE NÃO À POLÍTICA DO GOVERNO PS/PSD

O Governo Mário Soares/Mota Pinto conheceu, no último fim-de-semana e um pouco por todo o País, a dimensão exacta do «apoio popular» que diz disfrutar. Centenas de milhares de pessoas — naquele que poderemos considerar o primeiro grande embate de massas que o Executivo teve de enfrentar — desceram às ruas de 22 cidades e localidades para condenar — firme e decididamente — a política deste Governo, uma política de ruína e miséria para os trabalhadores e o País.

Promovidas por iniciativa da CGTP-IN, as manifestações e concentrações vieram confirmar o descontentamento crescente de um número cada vez maior de portugueses que sentem entrar-lhes pela casa adentro os efeitos de uma política que impõe sacrifícios sem deixar ver — ao contrário do que ministros e serviços insistem engano-

samente em propalar — qualquer contrapartida de futuro.

Com efeito, a grandiosa jornada nacional do último sábado veio demonstrar que os trabalhadores, e com eles outras classes e camadas da população, não estão dispostos a suportar os custos de uma política que, em nome de uma pretensa recuperação económica, mais não visa do que agravar as já de si péssimas condições de vida de quem trabalha em favor dos grupos do grande capital nacional e estrangeiro.

E quando falamos no alargamento e reforço da torrente que se levanta contra esta política antipopular e antinacional, não nos estamos a iludir ou a enganar. É que as consequências desastrosas das medidas já tomadas e de outras que estão na forja não vão afectar apenas a classe operária e os trabalhadores dos mais variados sectores. A

lei dos despedimentos, o aumento do custo de vida, o agravamento dos impostos, o roubo do 13.º mês e por aí fora vão tocar a muito boa gente que, provavelmente, há um bom par de meses atrás, se contaria entre a base social de apoio da actual coligação.

Descrentes uns, desencanados outros, não deixaram certamente de engrassar a voz da oposição popular que prossegue empenhada na luta pela defesa dos seus interesses, direitos e liberdades, por uma política democrática e nacional.

Não é de estranhar, pois, que em alguns locais as manifestações realizadas tenham sido as maiores de sempre e que tenham sido, igualmente, tão forte e insistentemente, gritadas palavras de ordem como «não ao roubo/ do 13.º mês», «não queremos aqui/ o FMI», «Lay-Off/ prós patrões é regabofe», «do ope-

rário ao engenheiro/ salário por inteiro», «aumento sobre aumento/ roubam-nos o sustento», «isto não pode ser/ trabalhar sem receber», «já foi o Balsemão/ estes também irão».

E por serem justas e corresponderem inteiramente ao sentir de quem produz a riqueza e detém as alavancas, estas sim, capazes de resolver a crise, é que as palavras de ordem gritadas por todo o País na passada semana não deixaram certamente de ressoar no interior de S. Bento, acionando o relógio que já começou a contagem decrescente. Exactamente, leitor. Essa que está a pensar, a mesma a que se referiu Armando Teixeira da Silva, quando disse que o «Governo do dr. Mário Soares começou a cair no dia em que, aliando-se aos partidos da AD e prosseguindo a sua política, virou as costas aos trabalhadores e deu a mão ao grande capital».



## LISBOA

### Três horas de desfilada

«Por uma política democrática e nacional», «Por uma política ao serviço dos trabalhadores». Sob o fundo vermelho de dois largos panos, ocupando a toda a largura as faixas centrais da Avenida da Liberdade, estas palavras sintetizavam a razão de ser de tanta presença, dando corpo à cabeça da manifestação, compacta, que iria desfilar em direcção ao Tejo para desembocar no vasto Terreiro do Paço.

local onde teria lugar o comício. Ainda separados das 15 horas previstas para o arranque, já todas as avenidas que confluem para a Rotunda do Marquês começavam a ganhar forma e colorido com a presença de homens, mulheres e jovens enquadrados nas suas estandartes sindicais, de empresas e localidades, provenientes de todos os cantos dos distritos de Lisboa e Setúbal.

## Resolução aprovada

«A grandiosidade desta nossa manifestação mostra de forma inequívoca a forte adesão e empenhamento na luta dos trabalhadores e das populações dos distritos de Lisboa e Setúbal» — pode ler-se na resolução aprovada por unanimidade e aclamação no final do comício realizado no Terreiro do Paço e que culminou o magnífico desfile iniciado horas antes no Marquês de Pombal. Dividida em seis pontos, a resolução — onde se salienta ainda que a jornada do passado sábado mostra o repúdio dos trabalhadores pela política do Governo Mário Soares/Mota Pinto e a justeza dos objectivos apontados pela CGTP-IN — diz assim:

### 1.1. Lutar pelo pagamento dos salários em atraso.

O autêntico roubo que representa o não pagamento dos salários a quem trabalha corresponde a uma política concertada entre o Governo e o patronato com o objectivo de vergar os trabalhadores pela fome e pela miséria.

Daqui afirmamos solenemente que não vergaremos. Porque a luta vai continuar cada vez mais firme e solidária pelo direito inalienável ao salário.

### 1.2. Lutar pela defesa do direito ao trabalho contra a lei dos despedimentos.

A lei dos despedimentos, aprovada pelo Governo, instrumento criminoso colocado nas mãos do patronato contra os trabalhadores, tem como objectivo central permitir o despedimento sem justa causa, colocando assim todos os postos de trabalho, sem excepção, à mercê das arbitrariedades e prepotência patronal.

Com esta lei o Governo M.S./M.P. visa o despedimento a curto prazo de mais de meio milhão de trabalhadores.

Para o impedir lutaremos com afinco, defendendo cada posto de

trabalho com a mesma determinação com que lutamos pelo pão do nosso sustento e dos nossos filhos.

### 1.3. Lutar contra o aumento do custo de vida, contra a criação de novos impostos sobre quem trabalha.

Entre as medidas tomadas pelo Governo M.S./M.P., a par do congelamento dos salários, contam-se os brutais aumentos de todos os bens essenciais e necessários à subsistência, os transportes, os combustíveis, a energia, etc., agravando drasticamente as condições de vida dos portugueses, levando a fome a muitos lares.

Como se isto fosse pouco, o Governo quer agora roubar-nos o 13.º mês.

Não. Não vamos aceitar esta situação. Vamos intensificar a luta contra o aumento dos preços e utilizar todos os meios ao nosso alcance para impedir a consumação deste roubo.

### 1.4. Pela defesa das Nacionalizações e da Reforma Agrária.

Em oposição aos falsos argumentos invocados pelo Governo para o cerrado ataque às empresas públicas, nacionalizadas e participadas, cujo verdadeiro objectivo é permitir a apropriação dos principais meios de produção pelo grande patronato, o Encontro dos trabalhadores destas empresas, realizado no dia 8, mostrou claramente que a resolução da grave crise que o País atravessa não pode ser conseguida sem estas empresas e muito menos atacando-as e tentando destruí-las.

Também na Reforma Agrária o Governo não respeita a legalidade democrática, fazendo tábuas rasa dos Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, prosseguindo o roubo das terras e bens dos trabalhadores na tentativa de destruição desta importante conquista de Abril.

Exigimos firmemente a reposição da legalidade nas terras da Reforma Agrária e manifestamos a nossa inteira solidariedade aos heróicos trabalhadores agrícolas a quem saudamos pela sua luta, pela sua firmeza e determinação.

### 1.5. Pela defesa das liberdades democráticas e sindicais.

A exigência da satisfação dos direitos dos trabalhadores, o Governo contrapõe a intervenção da polícia, facilita e incentiva a repressão patronal e o cercamento das liberdades sindicais. À justa luta dos trabalhadores o Governo ameaça com a limitação do direito à greve.

Paralelamente o Governo M.S./M.P. insiste no seu plano de domesticação e manipulação da Comunicação Social, através da repressão, da chantagem, da fome e da reposição da censura, apesar da denúncia e oposição crescente dos trabalhadores e da opinião pública.

Nós afirmamos: os direitos e liberdades democráticas e sindicais são conquistas de Abril das quais nunca abdicaremos. A nossa luta prosseguirá no quadro da legalidade democrática, exercendo todos os direitos constitucionalmente consagrados.

### 1.6. Lutar por uma política democrática e nacional.

O Governo M.S./M.P. afirma que não há alternativa à sua política. A isso têm sempre os trabalhadores respondido e demonstrado que existe alternativa de uma política democrática e nacional.

A prova existe nas Conclusões do IV Congresso da CGTP-IN, juntamente com as inúmeras propostas concretas que têm sido apresentadas pelos trabalhadores, quer a nível de sectores, quer a nível das empresas.

Uma alternativa democrática, porque assenta no respeito pela Constituição, feita com o empenhamento dos trabalhadores, visa a satisfação das necessidades fundamentais, leva à melhoria das condições de vida do povo, ao progresso, à liberdade e à paz.

Uma alternativa nacional, porque se desenvolve na base dos recursos humanos, naturais e tecnológicos do nosso país, independentemente das pressões e dos interesses dos monopólios e do imperialismo.

Assim, os trabalhadores e a população dos distritos de Lisboa e Setúbal, concentrados no Terreiro do Paço, na sequência da grande manifestação de 15 de Outubro de 1983, resolvem:

1.º — Manifestar a sua determinação em intensificar a luta contra

a política desenvolvida pelo Governo M.S./M.P., recorrendo a todas as formas de luta que se mostrem necessárias e adequadas para a defesa dos seus interesses, direitos e liberdades e para a construção duma alternativa democrática e nacional.

2.º — Declarar solenemente que a luta vai prosseguir com determinação e firmeza crescentes:

— Para impedir a aplicação da Lei dos Despedimentos; Pelo direito ao trabalho.

— Pelo pagamento dos salários em atraso.

— Pela aprovação de legislação que permita no imediato repor os salários devidos aos trabalhadores, nos termos da reivindicação aprovada pelo IV Congresso da CGTP-IN.

Com esse objectivo, os trabalhadores devem participar activamente no debate do projecto de decreto-lei posto à discussão pública pela A.R., que visa «instituir um sistema de garantia pública dos salários em atraso», de forma que o mesmo venha a corresponder às suas posições.

— Contra o roubo do 13.º mês.

— Pelo desbloqueamento dos processos de contratação colectiva.

— Contra o aumento dos preços e a crescente degradação das condições de vida.

— Pela defesa da Reforma Agrária e pela reposição da legalidade nos campos do Alentejo e Ribatejo.

— Pela defesa do sector Público, Nacionalizado e Participado, contra a sua destruição, desarticulação ou abertura ao grande capital.

3.º — Manifestar a sua solidariedade com todos os trabalhadores em luta, permitindo-se salienta a Concentração dos trabalhadores da Banca, a Vigília da Comunicação Social, a Marcha da Fome dos Reformados e a Marcha dos Vidreiros contra a Fome, que daqui saudamos calorosamente.

4.º — Manifestar o seu empenhamento na luta pela independência nacional, contra a submissão ao imperialismo e pela Paz.

5.º — Manifestar a sua confiança na força e unidade dos trabalhadores e do seu Movimento Sindical, que continuarão a demonstrar com a sua luta, tal como no passado recente, que não é possível a nenhum governo no Portugal de Abril, conduzir uma política sem os trabalhadores e muito menos contra eles.

Esta política e este Governo serão derrotados.

A LUTA CONTINUA!  
VIVA A CGTP — INTERSINDICAL NACIONAL!



# PORTO

## Milhares de trabalhadores na Baixa

No Porto, milhares de trabalhadores integraram-se numa manifestação com concentração na Praça General Humberto Delgado, que percorreu depois várias artérias da baixa da cidade.

«Lay off não! Queremos trabalho e pão», «13.º mês é para pagar/ não é para roubar», «Salários atrasados/ imediatamente pagos» — foram as palavras de ordem mais gritadas pelos operários do Norte. E elas correspondem a uma situação bem concreta. Senão vejamos a intervenção de Salgueiro Barros, dirigente da USP que caracteriza a situação no distrito:

«A CIFA tem nove meses de salários em atraso e ameaça com o despedimento de cerca de 700 trabalhadores. Na Injeção Portuguesa desde Junho que existem atrasos no paga-

mento de salários e subsídios. Há importantes débitos aos trabalhadores na Leão, EFI, FERUNI, Conservas Benito Garcia, NOPAL, Lello e Irmão, Litografia Universal, Metalúrgica Duarte Ferreira e outros casos no nosso distrito. A Sundlete começa por criar dificuldades ao pagamento de salários e agora já vai longe, pretendendo despedir perto de cento e cinquenta trabalhadores, enquanto os administradores recebem honorários principescos.

A situação escandalosa dos salários em atraso criada pelo Governo e o patronato, não se pode deixar de associar o famigerado decreto-lei governamental dos despedimentos (conhecido por Lay-Off).

(...)  
Na Jotocar, a empresa já pretende colocar os trabalha-

dores em casa, dia sim, dia não.

Na Delfim Ferreira, a movimentação e luta dos trabalhadores têxteis e do seu sindicato obrigou a administração a pagar os salários e a discutir com os trabalhadores a garantia dos postos de trabalho. Os ferroviários lutam para obrigar a administração governamental da CP a pagar os salários a tempo e horas.

Os trabalhadores da PREM, EFACEC, H. C. Azevedo, BBC/STOTZ e Texas Instruments, em plénários de empresa, manifestaram a sua solidariedade aos trabalhadores da Injeção.

Os pescadores lutam pelos seus direitos e reivindicações.

Os metalúrgicos, têxteis, vestuário e outros sectores lutam pela revisão dos seus con-

tratos colectivos, bloqueados pelo patronato e Governo.

### A hora é de luta

A hora é de luta contra a política deste Governo que ataca violentamente o sector empresarial do Estado, a Reforma Agrária e todas as conquistas dos trabalhadores. Política que Joaquim Calhau, da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, caracterizou numa pormenorizada intervenção.

Depois de se ter realizado o desfile e quando a chuva, que se aguentara toda a tarde, começava a cair, foi aprovada uma moção em que os trabalhadores e a população do Porto decidem prosseguir e intensificar a luta contra a política do Governo e manifestar a sua confiança na força e na unidade dos trabalhadores e do seu movimento sindical.



Faro

Aquele percurso, tantas vezes percorrido desde o 25 de Abril por grandes acções de massas levadas a cabo em defesa dos direitos e liberdades dos trabalhadores e do Portugal de Abril, registava uma vez mais a presença de quantos, em número de muitos milhares, faziam consigo a determinação e a coragem de prosseguir a luta, sempre renovada, na construção de um futuro melhor.

Visto de cima, ao longe, o alcatrão da vasta avenida sumia-se sob aquela massa que se deslocava para se integrar no imenso coro de protesto ou se quedava nas alas do passeio. Quase parecia outra manifestação.

Depois foram três horas sempre a desfilar ininterruptamente, a não permitir que os últimos, os que vinham na cauda do desfile, tivessem oportunidade de assistir ao comício.

Foram três longas horas onde se registavam momentos de grande emoção, uns e outros, os que desfilaram e os que estavam nos passeios, incentivando a luta comum.

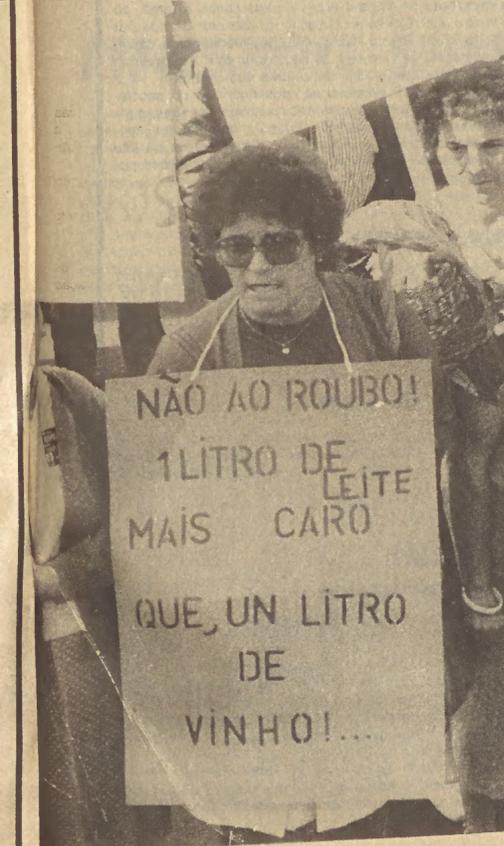
E nas palavras de ordem gritadas com uma redobrada vitalidade nas expressões de revolta, nas bandeiras negras denunciando a fome que espregia, nos panos e cartazes, estavam as preocupações e as incertezas da hora presente, os anseios e as reclamações de um número crescente de portugueses que sentem cair sobre si a violência de uma política apostada em servir o grande capital.

«Assim não pode ser, trabalhar sem receber» como dizia um dos panos da Lisnave, ou aquele da Setenave, interrogando — «Que futuro?», ou ainda aquele do miúdo cujo cartaz lembrava que «sem o 13.º mês o Pai Natal não baterá à porta», são alguns dos muitos exemplos que ilustram a situação insustentável, nal-

guns casos desesperante, para onde o Governo Mário Soares/Mota Pinto está a querer empurrar os trabalhadores e suas famílias.

Todavia, como sublinhou Armando Teixeira da Silva, do Conselho Nacional da CGTP-IN, no decorrer do comício, «as dificuldades do momento presente não nos podem fazer perder a confiança no futuro. Nós, os que produzimos riqueza — sublinhou — somos os detentores e geradores de alternativas capazes de resolver a crise e fazer avançar Portugal nos caminhos que Abril abriu».

Festa manifestação foi exactamente isso. Um sério aviso ao Governo. Uma demonstração de que existem forças capazes de inverter o curso desta política de desastre, uma demonstração inequívoca da forte adesão e o empenhamento dos trabalhadores na luta por uma alternativa que realize uma política democrática e nacional.



## Apoio às marchas da Paz

No decorrer do comício realizado no Terreiro do Paço, em Lisboa, os muitos milhares de pessoas presentes aprovaram uma moção relativa à Paz, na qual se apoia designadamente a Campanha Mundial pelo Desarmamento decidida pelas Nações Unidas e as Marchas da Paz que decorrerão no próximo dia 29 em várias cidades do País. Intitulada «Pela Paz e desarmamento! Não às armas nucleares!» a moção afirma:

Quem pode desejar a guerra, senão quem com ela lucra? Não são os trabalhadores nem os povos em geral que sabem que só a paz e o fim da corrida armamentista permitirá a resolução dos mais prementes problemas sociais.

Quanto mais armamento, mais desemprego, fome e miséria haverá na terra.

Nunca como hoje houve tamanha consciência disto e da imensa necessidade de evitar que os arsenais cresçam, que sejam construídas e instaladas mais armas, especialmente as nucleares.

No entanto, essa ameaça paira pesadamente sobre a Europa, com a prometida instalação de mísseis americanos que desequilibrariam a situação existente e originariam consequente armamento da parte oposta.

Com tudo isto, a guerra nuclear, o extermínio generalizado da população terrestre está tão perto, o risco actual é tão elevado, que só o bom senso dos povos, só a unidade de esforços na acção pela Paz, pelo desanuviamento, pelo desarmamento, contra as armas nucleares em todo o mundo, nos



Aveiro

de conduzir a uma situação de progresso e bem-estar, ao fim da exploração.

Os manifestantes concentrados no Terreiro do Paço no dia 15 de Outubro decidem:

1. Manifestar o seu entusiástico apoio e adesão à Campanha Mundial pelo Desarmamento, decidida pelas Nações Unidas e às Semanas Mundial e Nacional do desarmamento, de 22 a 29/10;
2. A exigência de negociações sérias em Genebra, sobre mísseis nucleares;
3. A exigência do completo respeito pela Constituição por parte do Governo;
4. Apoiar a Marcha da Paz do próximo dia 29 e apelar à participação maciça da população amante da Paz.

Lisboa, 15 de Outubro de 1983



PCP

## Algarve

## Deputados comunistas em contacto directo com os graves problemas da região

Carlos Brito e Margarida Tengarrinha encontraram-se com dirigentes do Sindicato dos Professores da Zona Sul, com pescadores de Monte Gordo e com trabalhadores da Gelmar (Olhão), tendo ainda visitado a zona atingida pelos incêndios em S. Marcos da Serra.

Completando um programa diversificado de visitas e encontros com trabalhadores, agricultores e população do distrito, Carlos Brito e Margarida Tengarrinha, deputados comunistas eleitos pelo Algarve, acompanhados por Carlos Luis Figueira, membro do CC do PCP, realizaram nos dias 14 e 15, no decorrer de mais uma visita de trabalho em contacto com a realidade algarvia, encontros com dirigentes do Sindicato dos Professores da Zona Sul, com pescadores de Monte Gordo, com trabalhadores da Gelmar em Olhão e visitaram a zona atingida pelos incêndios em S. Marcos da Serra. Na tarde de sábado, dia 15, participaram na manifestação distrital convocada pela União dos Sindicatos em Faro. Os problemas colocados aos dois deputados comunistas serão levados à Assembleia da República.

No encontro tido com representantes do Sindicato dos Professores da Zona Sul foi possível fazer um balanço da situação em que se encontra o início do ano lectivo no Algarve.

Desse balanço ressalta o facto de, embora a maioria das escolas tenha aberto no Algarve até ao dia 10, grande parte delas não foram além dessa formalidade, quer por falta de professores, quer por obras em curso (no passado dia 10, no

conjunto do secundário, preparatório e primário, encontravam-se mais de 3500 alunos sem aulas).

Já após a 3.ª fase continuavam por colocar 347 professores no ciclo e no secundário, em toda a região.

Em Montegordo, num encontro com pescadores da Foz do Guadiana, o problema dos acordos com os espanhóis foi o centro de toda a discussão.

A falta de clarificação das posições do Governo quanto a

solução dos problemas das pescas, a falta de resposta para a solução de reconversões que desde há muito são esperadas pelos pescadores artesanais desta zona, os atrasos do Governo no pagamento de um baixo subsídio aos pescadores que se encontram paralisados há 10 meses, as operações pouco claras que se desenvolvem na atribuição de licenças para arrasto e de ajudas e financiamentos para a reconversão estão a preocupar profundamente os pescadores desta zona, muitos deles numa situação já desesperada.

Não é com um subsídio de 13 mil escudos que se mantém uma casa de família. A fome começa a invadir muitos dos lares dos pescadores de Montegordo, pescadores que avançam a sua disposição para trabalhar e não para receber subsídios de miséria. De facto, como dizem, não se compreendem como num País em crise, estão há 10 meses parados so

em Montegordo cerca de 15 embarcações, quando podiam

## Delegação na Bulgária

No quadro das relações de amizade existentes entre o Partido Comunista Português, visitou a Bulgária, de 10 a 15 de Outubro, uma delegação de estudo do nosso Partido sobre o trabalho de organização, composta por Dinis Miranda, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, António Santo e António Lopes, membros do Comité Central.

A delegação foi recebida

por Milko Balev, membro do Bureau Político e secretário do CC do PCB que expôs as principais tarefas que se colocam aos comunistas e aos trabalhadores búlgaros na etapa actual do cumprimento das decisões do 12.º Congresso do PCB.

A delegação de estudo do nosso Partido visitou os distritos de Vama e Pazardjik onde realizou encontros e visitas de trabalho.

Nos encontros realizados, nomeadamente com os secretários do CC do PCB Georgui Atanossov e Tchudomir Alexandrov, bem como com Gueorgui Grigorov, membro do CC, foi reafirmada a vontade mútua de desenvolver e aprofundar as relações de amizade, cooperação e solidariedade existentes entre o PCB e o PCP, na base dos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

## Grupo de estudo na Hungria

De 5 a 10 de Outubro, visitou a Hungria, um grupo de estudo do nosso Partido sobre o trabalho cultural de massas, composto pelos camaradas Simões de Sousa do organismo de direcção do sector intelectual de Lisboa, Rosalina Silva, Daniel Rodrigues e João Bilou.

O grupo de estudo do PCP foi recebido no Comité Central do POSH pelo camarada Tétényi Pál, membro do CC do POSH, e rea-

lizou encontros de trabalho na Secção Cultural e de Educação Pública do POSH e no Departamento de Educação Pública do Ministério da Educação.

Na província de Debrecem visitou um complexo desportivo, a Casa de Cultura de uma aldeia e duma empresa onde se inteirou das diversas actividades culturais aí praticadas, abertas não só aos trabalhadores da empresa, mas aos habitantes da zona.

A par dos encontros e visitas de trabalho o grupo de estudo contactou com diversos aspectos da actividade cultural na cidade de Budapeste: museu etnográfico, Museu Nacional de Pintura, museu de escultura, espectáculos de Ballet, exposições de pintura.

Esta visita realizou-se no quadro das relações de amizade e cooperação existente entre o PCP e o POSH.



Carlos Brito e Margarida Tengarrinha: conhecer os problemas no contacto directo com as populações

desde há muito estar a pescar e a criar riqueza para o País.

Por detrás das posições governamentais os pescadores vislumbram favores a grandes armadores e cedências às pressões que da parte de armadores e do governo espanhol se continuam a fazer, como aliás foi exemplo o recente corte da fronteira por algumas horas, em Ayamonte, com automóveis de armadores espanhóis...

Dramática é também a situação dos trabalhadores da Gelmar em Olhão, há 3 meses sem pagamento de qualquer salário. São muitas as empresas que trabalham nesta empresa, vendendo-se agora na situação de não receberem qualquer dinheiro para sustentar as suas famílias. Nesta situação estão envolvidos em Olhão 86 trabalhadores.

Empresa publica com perto de 700 postos de trabalho. A

Gelmar é mais um dos exemplos gritantes da sabotagem a que vem estando sujeitas há algum tempo as empresas do sector estatal.

As instalações de Olhão têm no Algarve a maior capacidade de frio existente na região, praticamente desaproveitada, quando neste distrito se sente a necessidade de uma rede de frio para apoiar as pescas e conservas.

Desde Janeiro que os trabalhadores se mantêm na empresa sem trabalho, por falta de matéria-prima. Há pouco tempo, a mando da administração completa das suas culturas.

A área atingida pelo sinistro (15 mil hectares), englobando os concelhos de Silves e Monchique é uma área que corresponde a 13 por cento da floresta no Algarve, floresta cuja área tem vindo sistematicamente a diminuir nos últimos anos, com todos os perigos de desertificação que isso implica.

das instalações de Olhão e caracterizam bem a actuação dos seus gestores face à empresa e aos trabalhadores, gestores que não pagando qualquer salário há 3 meses apresentam entretanto facturas de almoços "de 6 mil escudos.

Finalmente, visitando a zona atingida pelos incêndios na zona de S. Marcos, os deputados comunistas puderam constatar a situação desesperada em que se encontra perto de uma centena de produtores agrícolas e suas famílias, hoje perante o desaparecimento completo das suas culturas.

Finalmente, visitando a zona atingida pelos incêndios na zona de S. Marcos, os deputados comunistas puderam constatar a situação desesperada em que se encontra perto de uma centena de produtores agrícolas e suas famílias, hoje perante o desaparecimento completo das suas culturas.

Finalmente, visitando a zona atingida pelos incêndios na zona de S. Marcos, os deputados comunistas puderam constatar a situação desesperada em que se encontra perto de uma centena de produtores agrícolas e suas famílias, hoje perante o desaparecimento completo das suas culturas.

## Homenagem a Júlio Martins

Passam no próximo dia 25 de Outubro cinco anos sobre o falecimento de Júlio Martins, camarada cuja vida ficou intimamente ligada à luta de libertação de todos os que trabalham a terra.

Para assinalar a efeméride e homenagear a memória de Júlio Martins, um grupo de cama-

radas e amigos que com ele trabalharam e conviveram promove no próximo dia 25, terça-feira, às 12.30 horas, uma romagem a campo no cemitério de Benfica.

Nascido em 1926, entrou para o PCP aos 13 anos, dedicando desde então toda a sua vida a luta antifascista. Tomou

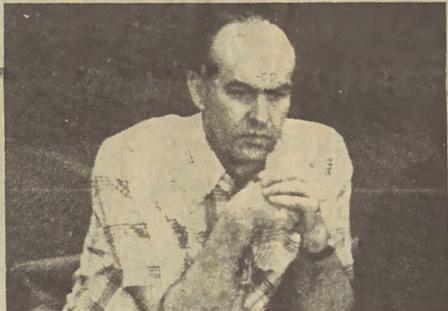
parte nas lutas estudantis e pertenceu ao MUD Juvenil e ao MND de cuja Comissão Central foi membro.

Preso pela primeira vez em 1955, só foi libertado quatro anos e meio depois. Passou a funcionário do PCP na clandestinidade.

Sendo preso pela segunda vez em 1961, passa oito anos na tortura de Peniche onde e barbaramente torturado. Mantém sempre uma atitude de exemplar firmeza na Pide e nos cárceres fascistas.

Depois do 25 de Abril foi candidato pelo PCP às eleições para a Assembleia Constituinte.

Formado pelo ISA com 19 valores, autor das «Estruturas Agrárias» (escrito na prisão) e de várias obras sobre a agricultura em Portugal, o camarada Júlio Martins, técnico altamente qualificado, dedicou-se inteiramente à Reforma Agrária depois do 25 de Abril.



## Adriano recordado em Avintes

Promovida pela Comissão de Freguesia do PCP de Avintes, realizou-se no passado domingo uma romagem a campo de Adriano Correia de Oliveira no cemitério daquela localidade.

Presentes uma delegação da Comissão de Freguesia e muitos amigos de Adriano. Do Comité Central do PCP estiveram Rosa Dias e Oscar Lopes.

«No dia em que se completa um ano sobre a morte de Adriano Correia de Oliveira não podia deixar de estar presente a esta mo-

desta mas sentida homenagem do Partido a que ele deu a sua confiança, uma grande parte da sua luta e do seu talento» — disse Oscar Lopes, para acrescentar: «A voz de Adriano Correia de Oliveira vem das mais profundas raízes da nossa História, do nosso Povo e das mais profundas raízes da camaradagem e do ser humano. As suas raízes estão nas cantigas de escárnio de há sete séculos contra os hipócritas, nas cantigas dos moços e moças de Lisboa cercada há seis séculos pelo rei de

Castela e pela aristocracia traidora como traidoras acabam sempre por ser as classes exploradoras; vem das sátiras de há três séculos na luta da restauração, contra a dinastia filipina. É dessa secular tradição de luta do Povo português contra a traição dos exploradores que arrancamos versos como estes que ele cantava e ainda canta num dos seus discos: «Venho dizer-vos que não há algebras mais fortes do que os poemas (...) Venho dizer-vos que não tenho medo».

Oscar Lopes recordou, na sequência da sua intervenção, que Adriano, cantor da resistência e da luta, «antes do 25 de Abril cantou o assassinato de Catarina Eufémia, a violência e a opressão (que já depois do 25 de Abril assassinou camponeses do Alentejo e operários do Norte) e depois do 25 de Abril cantou nos tabladros dos comícios e festas do PCP, da APU e do movimento sindical».

«Nós merecemos melhor a sua voz quando afastarmos definitivamente o espectro do holocausto. Nós faremos com que as promessas de Abril se cumpram, porque, como ele disse, nós sabemos que há «Um país por achar neste país».

## O rio Cávado em debate

## • Sábado em Barcelos

A Direcção da Organização Regional do Minho (DORM) do Partido Comunista Português realiza no próximo sábado, dia 22, às 15 horas, na Escola Gonçalo Pereira, em Barcelos, uma reunião de eleitos da APU nas Câmaras, Assembleias Municipais, Juntas e Assembleias de Freguesia das zonas ribeirinhas do rio Cávado dos concelhos de Amares, Braga, Barcelos, Esposende e Vila Verde.

Esta reunião tem como objectivo discutir a situação poluente em que se encontra o rio Cávado, tendo particularmente em conta as seguintes questões:

- Que esgotos são lançados?
- Extração de areia — com que técnicas e proporções?
- Fauna existente — qual a situação?
- Captação de água potável — em que condições se verifica?
- Quais as medidas urgentes que, no entender dos eleitos da APU, se devem tomar para salvar o rio?

## Novo CT na Parede

Está prevista para fins do próximo mês de Novembro a inauguração do novo Centro de Trabalho do Partido na Freguesia da Parede (Cascais).

Em contacto com o «Avante!», a organização do PCP naquela freguesia salienta que se trata de uma obra que «além de engrandecer o património do PCP, constituirá mais um baluarte na defesa do regime democrático e será também um factor determinante no reforço da organização.

«A sua compra», acrescenta a Comissão de Freguesia da Parede do PCP, «requereu uma ampla campanha de fundos que encontrou da parte dos comunistas, amigos e outros democratas do concelho uma grande receptividade».

Pronto desde Setembro, o novo CT do Partido representa, entretanto, um «encargo financeiro que nos preocupa». Mas «estamos certos que as organizações do PCP e a população do concelho tudo farão para que a sua resolução seja uma realidade nos finais de 1985».

A nova casa do Partido localiza-se na Avenida dos Bombeiros Voluntários, n.º 83, na Parede.

## Alentejanos residentes em Lisboa e Setúbal

Realiza-se hoje, com início às 20 e 30, no Centro Vitória na Avenida da Liberdade, em Lisboa, uma reunião de militantes comunistas naturais do Alentejo, residentes na área de Lisboa e Setúbal.

## Plenário em Alcábaldeche

Com vista à discussão da actual situação política e à análise das medidas que melhorem a ligação orgânica dos militantes da freguesia, e tendo em conta, naturalmente, a proximidade do X Congresso do Partido, o Executivo da Comissão Concelhia de Cascais do PCP decidiu realizar amanhã, dia 21, um plenário de militantes comunistas da freguesia de Alcábaldeche, cujos trabalhos decorrerão no CT de Cascais, a partir das 21 e 30.

Participará neste plenário o camarada José Casanova, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.

## Rifa de Sintra

O sorteio promovido no passado dia 7 de Outubro pela Comissão Concelhia de Sintra apurou a rifa com o número 1918. O seu portador foi contemplado com um belo fogão de sala em mármore.

## Plenário de quadros no Distrito de Santarém

A actividade preparatória do X Congresso do Partido continua a suscitar na Organização Regional de Santarém — à semelhança do que se passa já um pouco por todo o país — a realização de plenários de quadros em que são abordados temas de actualidade quer no plano local quer no plano nacional.

Para os próximos dias estão marcados os seguintes plenários e reuniões:

**Sábado, dia 22** — no CT de Almeirim, às 20 horas; no CT da Chamusca, às 21 horas; no CT de Salvaterra de Magos, às 21 horas; no CT de Torres Novas, plenário de fundos.

**Domingo, dia 23** — plenário distrital de quadros, eleitos e activistas nas autarquias locais do distrito de Santarém.

**Dia 25** — reunião de mulheres no CT da Chamusca.

**Dia 29** — reunião-convívio em Rio Maior, na Casa do Oeste (antiga casa Dinora), a partir das 15 horas.

## Conclusões do plenário da DORLEI

Reuniu no passado dia 8 o Plenário da Direcção da Organização Regional de Leiria do PCP com o objectivo de analisar a actual situação política e social do distrito, em consequência da acção do Governo PS-PSD.

O Plenário da DORLEI concluiu que, com este governo e esta política, se agravaram todos os problemas com que se debate o povo do Distrito de Leiria.

Os brutais aumentos de preços, a generalização do não pagamento de salários, a continuação da ruína política económica da «AD» e a ausência de medidas que viabilizem e dinamizem os diversos sectores da indústria conduzem cada vez mais empresas à falência, arrastando para o desemprego milhares de trabalhadores e diminuindo brutalmente o poder de compra de todos os sectores e camadas laboriosas da população.

De particular gravidade é a situação existente na indústria vidreira, onde os planos do Governo não são de viabilização das empresas mas de criação de condições para o seu encerramento, num processo de centralização do grande capital.

O Plenário da DORLEI do PCP saúda a luta dos operários vidreiros pela manutenção dos seus postos de trabalho e pelo pagamento dos salários em atraso e manifesta o seu total apoio à realização da Marcha dos Vidreiros contra a fome, ao mesmo tempo que repudia a ocupação da Marinha Grande por um contingente da Polícia de Intervenção, medida que define bem as intenções do Governo de responder com a repressão e o terror às justas reclamações do povo trabalhador.

A DORLEI do PCP apreciou as consequências do pacote-fiscal que visa roubar o 13.º mês aos trabalhadores e as implicações da aplicação da «lay-off» no agravamento das condições de vida do povo da região, concluindo que só na luta firme e determinada dos trabalhadores e das populações poderá pôr fim a esta política de ruína.

## Almoço-convívio na Caparica

Funcionam no Centro de Trabalho da Costa de Caparica as inscrições para o almoço-convívio que aí decorrerá no próximo sábado, dia 22. Depois do almoço será projectado um filme, seguido dum debate sobre a actual situação política e social.

## Bancários de Lisboa

Com a participação do camarada Dias Lourenço, da Comissão Política do CC, realiza-se hoje um plenário de bancários comunistas de Lisboa, com início às 17 e 30, no CT Vitória.

## Debate sobre música portuguesa no Vitória, hoje à noite

«A música portuguesa, o presente e o futuro» — este o tema do debate que se realiza hoje a partir das 21 horas no Centro Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa.

O debate, anunciado pela SIP/DORL, será orientado por José Jorge Letria, reunindo Carlos Mendes, Carlos Paredes e Rui Curto (Brigada Vitor Jara).

Serão analisados os diversos caminhos que se abrem à música portuguesa, a actual situação dos autores e intérpretes e o apoio dos grandes meios de comunicação, nomeadamente da RTP e RDP.

## Poder local

## Guimarães: «Tapar o sol com uma rede»

Em comunicado distribuído à população sobre os recentes aumentos de água decididos pelo executivo PS da Câmara Municipal de Guimarães, representando uma subida de 130% e saltando dos actuais 6\$50 por metro cúbico para 15\$00 (com aplicação já a partir de Novembro), a Comissão Concelhia do PCP sublinha que este aumento, além de evitável é socialmente injusto porque vai atingir as bolsas enfraquecidas por acção de uma política governamental virada para reduzir o nível de vida da população. «Na verdade o aumento do preço da água é um aumento, é mais um aumento. E mesmo quando se diz que os grandes consumidores industriais e comerciantes vão pagar mais que 15 escudos, está a pretender-se tapar o sol com uma rede, porque no fim de contas quem vai ter de suportar isso são os compradores dos produtos ou serviços cujos preços subirão.»

Ao mesmo tempo que este aumento é decidido — prossegue o comunicado — as populações do Concelho e em especial as de Pevidem, continuam à espera da resolução do deficiente abastecimento e que lhe forneçam água própria para consumo, em vez de líquido estranho que percorre os canos.

São as camadas mais carenciadas que vão ser especialmente sobrecarregadas por efeito de uma opção que visa, repentinamente, transformar em lucrativo um serviço tido por deficitário. Para obter os 59 mil contos de receita prevista, a proposta vai buscar 24 mil aos pequenos consumidores e apenas 11 mil contos aos grandes consumidores domésticos, aos privilegiados que usufruem de piscina particular. O restante sairá da bolsa dos consumidores médios repartidos por dois escalões.

Por outras palavras — conclui o comunicado — e ao invés do que propala o PS, os mais sacrificados são os economicamente mais débeis, são os trabalhadores que vão contribuir com 41 por cento das receitas enquanto os grandes consumidores só contribuem com 18 por cento. Traduzindo para palavras correntes, isto quer dizer que a proposta é gravosa, é imoral, é economicamente discutível e contrária às teses mais recentes de penalizar fortemente quem usa e abusa do consumo de um recurso que se sabe ser esgotável.

«Por nossa parte — sublinha-se — não deixaremos que isto morra por aqui e faremos tudo para que esta decisão da Câmara (PS) seja anulada.»

## APU dirige-se a G. Civil de Braga

Os eleitos da Aliança Povo Unido — APU — nas Assembleias Municipais de Vieira do Minho, Terras do Bouro e Vila Verde, em cartas dirigidas ao Governador Civil de Braga e aos respectivos presidentes das Assembleias Municipais, exigiram esta semana a convocação das sessões ordinárias das referidas Assembleias, que conforme o previsto no artigo 44 da lei 79/77 devam ter sido realizadas em Setembro e não o foram.

Os eleitos da APU referem que «consideramos esta situação anómala que em nada prestigia o poder local democrático» e pedem que a legalidade seja reposta.

## APU na Covilhã

Realizar-se-á no próximo dia 23 de Outubro (domingo), pelas 14.30, na cantina da Escola Central, o 3.º Encontro de eleitos e activistas da Aliança Povo Unido no Concelho da Covilhã. No encontro, além de se proceder ao balanço do trabalho realizado, analisar-se-á o funcionamento do Poder Local na região e trocar-se-ão opiniões e experiências sobre o trabalho desenvolvido e a desenvolver.

Trabalhadores

# Voracidade nos impostos e fome nos orçamentos

## -assim vão os planos PS/PSD

Reduzir e cortar em tudo o que esteja ao seu alcance no capítulo da produção nacional e dos encargos sociais do Estado, e aumentar vorazmente os impostos, incluindo o retroactivo sobre salários deste ano, é a realidade patente nas Grandes Opções do Plano para 1984 e no Orçamento da Segurança Social da responsabilidade do Governo PS/PSD que em 17 do corrente ainda não tinha apresentado este último Orçamento à apreciação dos parceiros sociais quando, segundo a lei, o deveria ter feito até 31 de Agosto. O Tribunal Constitucional decidia entretanto favoravelmente sobre a cobrança do imposto extraordinário de 28 por cento no 13.º mês.

«O roubo de pelo menos 28 por cento do 13.º mês por parte do Governo Mário Soares-Mota Pinto continua a suscitar a indignação de todos os trabalhadores e a merecer a mais firme oposição da CGTP-IN que, por todas as formas ao seu alcance, não deixará de denunciar e protestar contra tal medida», concluiu a Comissão Executiva do Conselho Nacional da Inter ao conhecer a decisão daquele Tribunal.

Num comunicado sobre o assunto, os dirigentes da Central afirmam que, «independentemente da apreciação de carácter jurídico» sobre aquela decisão, ela «vem confirmar o fundamento das reservas que em devido tempo manifestaram no que respeita à natureza e composição» do referido Tribunal, que «vem objectivamente dar cobertura a uma iniciativa do Governo manifestamente contestada pelos cidadãos».

Com data de 13 do corrente o comunicado da direcção da Inter frisa, por outro lado, que «a iniciativa do Presidente da República ao suscitar a apreciação preventiva da constitucionalidade do decreto, que os trabalhadores consideram como o roubo do 13.º mês, foi uma medida positiva que, corresponde a um profundo sentimento popular de repúdio e condenação pela voracidade fiscal deste Governo em relação aos rendimentos de quem trabalha por conta de outrem».

No que respeita às chamadas Grandes Opções do Plano para 1984, documento que em geral sintetiza o Orçamento, as organizações sindicais representadas no Conselho Nacional do Plano subscreveram uma declaração de voto contrária às intenções do Governo o qual segundo nota da CGTP, «vai seguramente dificultar os investimentos no sector privado e proibir muitos dos investi-

mentos no sector produtivo do Estado».

Sublinha aquela nota que a política expressa no Plano/84 «vai procurar fundamentalmente reduzir ainda mais o já baixo poder de compra dos trabalhadores» e «agravar ainda mais as condições de vida da população, reduzindo significativamente, em termos gerais, todas as despesas estatais de natureza social», nomeadamente nos transportes públicos e na saúde.

Carlos Carvalho, representante da CGTP-IN no Conselho Nacional do Plano, afirmou: «O Governo pretende que em 1984 a produção nacional, medida através do PIB (Produto Interno Bruto) seja em termos reais inferior à de 1983 em 1,4 por cento, quando o aumento verificado naquela produção, de 1982 para 1983, foi já quase nulo (0,8 por cento)».

Uma política destas, acrescentou aquele dirigente da Inter, «irá determinar inevitavelmente a destruição de uma significativa parcela da capacidade produtiva nacional, devido ao estrangulamento de muitas empresas públicas, nacionalizadas e participadas». Causará, por outro lado, a «falência inevitável de milhares de pequenas e médias empresas». Impedirá, «de facto, a modernização e racionalização das estruturas produtivas nacionais». Provocará «mais desemprego», que oficialmente já atinge os 11 por cento. Determinará «uma baixa na produção nacional», quando um dos problemas mais graves é a existência de uma produção que «não cobre as necessidades internas».

Sobre o Orçamento da Segurança Social, que, segundo é público, foi aprovado pelo Governo, quarta-feira da semana passada, a CGTP-IN, que deveria ter sido consultada sobre

o seu teor e ainda na última segunda-feira o não fora, a Central afirma que a actuação do Governo PS/PSD se prende neste caso com várias razões entre as quais sobressai o facto de o Governo, «devido aos seus compromissos com o grande patronato e o imperialismo», não estar interessado «em criar as condições financeiras que lhe permitam satisfazer as promessas contidas nas «cem medidas para cem dias» designadamente a número 63 respeitante à indexação das pensões».

Na realidade, acrescenta a Central, «o aumento das dívidas do patronato — mais de 60 milhões de contos — com as quais o Governo não se preocupa e que por isso não consegue estancar, e o facto de estarem na torja mecanismos que, se vierem a ser aplicados (caso lay off) permitirão que o Governo roube ainda mais a Segurança Social, poderão comprometer, ou comprometerão mesmo, a possibilidade de pagamento atempado das prestações, para além da sua correcta indexação».

Depois de referir a subordinação governamental aos ditames do FMI e de acrescentar que não é de excluir «a hipótese de o Governo querer, pelo menos, não aumentar o contributo do Estado para a Segurança Social», a CGTP-IN faz notar que «tendo sido esse contributo irrisório em 1983 — 4,9 milhões de contos — face aos encargos — 48 milhões de contos — que estão a ser suportados pelas contribuições dos trabalhadores para a Segurança Social, a manutenção do seu montante em 1984, tendo em conta a inflação, irá determinar um desvio ainda maior das contribuições para outros fins».

CGTP denuncia seguidamente a contradição entre o que se está a passar com a Segurança Social e «as promessas eleitorais, designadamente o número 63 das «cem medidas para cem dias» do programa do PS, e o jogo das escondidas do Governo Soares/Mota Pinto para evitar que o Orçamento da Segurança Social seja conhecido e discutido pelos trabalhadores a tempo de estes se movimentarem exigindo a melhoria das suas condições de vida».

apoio popular que as reivindicações dos vidreiros suscitam, a solidariedade que merecem e a necessidade de resolver esse e outros gravíssimos problemas com que se debate grande número de trabalhadores.

Solicitadas com antecedência, as audiências não foram concedidas porque esses problemas de alcance nacional, pelas empresas e sectores que afectam e pelos direitos que

assim são desprezados, não sensibilizam um Governo de costas viradas para as próprias promessas mais elementares que os partidos da coligação não se coibiram de fazer antes de serem eleitos.

Entretanto, os salários por pagar vão alastrando e atingindo todos os sectores de actividade.

Um quadro recentemente divulgado a partir de um estudo da CGTP-IN é bem revelador

# VIDREIROS SEM SALÁRIOS

## Governo recusa mesmo uma audiência

Ao recusarem-se a receber uma delegação dos trabalhadores vidreiros sem salários que acabavam de chegar a Lisboa depois de uma marcha a pé desde a Marinha Grande, iniciada no último dia 10, o Primeiro-Ministro e o presidente da Assembleia da República demonstraram bem que tipo de preocupações move este Governo perante a vaga de salários por pagar e desemprego em massa, bem como pelo



Junto a São Bento no dia 13

## HORÁRIOS DO COMÉRCIO

# Governo legisla no interesse de meia dúzia de tubarões

Num parecer acerca do projecto de decreto-lei sobre períodos de abertura e encerramento dos estabelecimentos comerciais, que a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços enviou recentemente a vários órgãos do Governo, conclui-se, com fundamento, que «não há justificação objectiva, baseada em relevante interesse público, dos consumidores, dos pequenos e médios comerciantes, dos trabalhadores, ou das autarquias locais para este projecto de diploma», que alarga designadamente em todos os dias da semana os períodos de funcionamento dos estabelecimentos entre as 6 e as 24 horas. Ao contrário do estabelecido no projecto aprovado em reunião do Conselho de Ministros de 13 do corrente, a FPSCS reafirma que «há importantíssimas razões para exigir ao Governo as medidas adequadas à reposição da legalidade e ao respeito pela segurança e saúde dos cidadãos, nos centros comerciais e supermercados».

O parecer da Federação, enviado aos ministros da Administração Interna, Trabalho, Segurança Social, Comércio e Turismo, demonstra através de quadros estatísticos oficiais que a esmagadora maioria (87,9 por cento) dos trabalhadores está concentrada «na pequena e média empresa (20 a 49 empregados) que seriam as mais duramente atingidas» por «consequências conjugadas» como a concorrência desleal, agravada pela liberalização dos horários, os encargos fiscais, as rendas comerciais, a selectividade e os custos do crédito, a drástica redução do poder de compra.

### Concentração capitalista

O parecer da FPSCS, baseado num «documento de trabalho» que lhe foi facultado pela Direcção-Geral do Comércio e que corresponde integralmente ao projecto (agora retomado pelo PS/PSD) do diploma elaborado pelo último governo AD, reafirma a dada altura que a liberalização (entenda-se o alargamento) dos períodos de abertura dos estabelecimentos comerciais corresponde a «uma velha reivindicação de meia dúzia de grandes empresas comerciais, que surge sempre associada às grandes ofensivas do capital monopolista contra as transformações políticas, económicas e sociais, operadas na sociedade portuguesa após o 25 de Abril». A Federação faz notar que «vários governos têm procurado saciar essa reivindicação, que aumenta a supremacia concorrencial do grande sobre o pequeno, acelerando a morte deste e facilitando dessa forma, arti-

Depois de afirma que a Insegurança e o desemprego estarão entre os resultados da «liberalização dos horários e da concorrência desleal que daí decorre», a FPSCS salienta que «a nova redistribuição do volume de vendas e o encaminhamento preferencial do poder aquisitivo para as gran-

ma, que permite a abertura dos estabelecimentos das 6 às 24 horas a todos os «interessados» e de acordo com as suas «conveniências», destinam-se, por um lado, a «legalizar situações descaradamente irregulares no que respeita aos períodos de abertura e funcionamento de muitas lojas (quan-

Conselho de Ministros, as autarquias são obrigadas a rever os períodos de funcionamento dos estabelecimentos comerciais no prazo de noventa dias. Se o não fizerem, estão sujeitas a sanções.

Essa disposições relativas às Câmaras são consideradas pela Federação «uma autêntica fraude».

Para a satisfação de «interesses que deliberadamente quer manter ocultos (e que a Federação aponta como sendo os da Confederação do Comércio Português e da Associação dos Supermercados) o legislador, a partir do Terreiro do Paço, não hesita e decide, sem o menor conhecimento da realidade nacional nesta matéria», afirma ainda a Federação que sublinha o facto de nenhuma autarquia ter reclamado a «liberalização» dos horários do comércio.

No Porto, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do distrito intervinha entretanto junto do Primeiro-Ministro, repudiando o decreto e acusando o ministro do Comércio de «prepotentemente apresentar tal documento sem qualquer prévia discussão e audição das estruturas sindicais representativas dos trabalhadores do comércio».

### ESTRUTURA DO COMÉRCIO E SERVIÇOS SEGUNDO ESCALÃO DE PESSOAL AO SERVIÇO - CONTINENTE

| Escalão (trab.) | N.º Estabel. | Pessoal Total | Remunerações (contos) | Volume de Vendas (contos) |
|-----------------|--------------|---------------|-----------------------|---------------------------|
| de 1 a 4        | 93 230       | 157 674       | 3 206 261             | 66 560 672                |
| %               | 85,8%        | 37,8%         | 11,2%                 | 18,8%                     |
| de 5 a 19       | 12 910       | 107 079       | 8 320 428             | 109 944 464               |
| %               | 11,9%        | 25,7%         | 29 %                  | 31,1%                     |
| de 20 a 49      | 1 824        | 53 277        | 5 376 735             | 69 011 529                |
| %               | 1,7%         | 12,8%         | 18,7%                 | 19,5%                     |
| + 50            | 758          | 98 616        | 11 772 660            | 108 488 926               |
| %               | 0,7%         | 23,7%         | 41,1%                 | 30,6%                     |

des unidades comerciais, que a liberalização quer forçar, reflectir-se-ia nas pequenas e médias empresas, acelerando o seu aniquilamento e o desemprego».

### Objectivos principais

Segundo a Federação os «objectivos centrais» do diplo-

do os horários são já «dos mais dilatados da Europa» dos denominados centros comerciais e supermercados e, por outro, a «obrigar as Câmaras a modificar os regulamentos municipais com o evidente propósito de forçar a liberalização, ou até mesmo deixar ao arbítrio dos patrões a fixação do período de funcionamento».

Na verdade, de acordo com o novo decreto aprovado em

# Negociação é indispensável

## Sindicatos da Função Pública não aceitam imposições

Remetidos para um director-geral sem capacidade para negociar, os Sindicatos da Função Pública continuam a exigir o diálogo com o Governo numa altura em que este se prepara para impor uns 17 ou 18 por cento no máximo, como aumento das remunerações globais dos trabalhadores do sector em 1984. A Frente Comum reivindica 25 por cento a partir de 1 de Janeiro do ano que vem.

A imposição unilateral dos salários por parte do Governo foi imediatamente recusada por um dirigente da Federação, logo que se soube através de uma fonte do Ministério das Finanças e do Plano que um «tecto» ainda inferior ao da AD estaria pronto a ser aplicado aos cerca de 400 mil trabalhadores da Função Pública.

Que representarão 17 ou 18 por cento de aumentos salariais em 1984? Com a escalada do custo de vida e as medidas que o Governo já anunciou para o agravar ainda mais não admira que os sindicatos se apressem a protestar e a agir para evitar que esses aumentos irrisórios venham a ser praticados.

Depois de 10,7 por cento em 1982 e 17 por cento em 1983 com uma inflação galopante, quem pode aceitar para o ano um nível salarial ainda menor, já corroído pelos aumentos de preços deste ano? O poder de compra perdido nos dois últimos anos deve ser recuperado pelo menos parcialmente. Daí a reivindicação dos 25 por cento por parte dos Sindicatos da Frente Comum, que defendem também a fixação das diuturnidades em 1300 escudos por mês e do subsídio de refeição em 150 escudos por dia.

Entretanto um director-geral, que nada pode decidir, substitua o secretário de Estado da Administração Pública, San Bento Menezes, na audiência com os sindicatos, onde não se chegou a negociar fosse o que fosse.

De resto, o secretário de Estado afirma que as propostas

sindicais são inegociáveis. Assim o diálogo torna-se à partida impossível e o direito à negociação colectiva é recusado pelo Governo. Embora se trate de um direito fundamental de todos os trabalhadores, o Governo quer abrir essa excepção relativamente à Função Pública. Nova queixa à OIT (Organização Internacional do Trabalho) era entretanto anunciada pela Comissão Negociadora Sindical da Frente Comum, depois de os dirigentes sindicais terem sido recebidos na Secretaria de Estado apenas para lhes ser dado conhecimento do projecto governamental que se propõe «regulamentar» o direito à negociação colectiva no sector em termos que afinal deixam tudo ao arbítrio do Governo.

No entanto, esse projecto está ainda em fase de discussão e a tutela da Administração Pública não pode impor desde já um «tecto» inscricendo a respectiva verba no Orçamento.

Os sindicatos não foram ouvidos nem achados quanto à fixação da massa salarial.

A apreçoada «austeridade» PS/PSD vai longe demais. Entende mesmo que a marginalização dos Sindicatos da Função Pública é condição indispensável para a aplicar.

### Encontro Nacional

Para os primeiros dias do próximo mês de Novembro era entretanto marcado um Encontro Nacional sobre o Direito à

Negociação Colectiva na Função Pública. A realizar em Lisboa, esta iniciativa da Frente Comum virá no seguimento dos debates sobre o projecto governamental de regulamentação colectiva do exercício da negociação no sector.

Outros assuntos de âmbito sindical têm sido entretanto discutidos pelos Sindicatos, a CNS e a Federação, que apresentaram propostas ao Governo, designadamente sobre férias, faltas e licenças, duração de trabalho e vínculos.

Os Sindicatos da Frente Comum da Função Pública propõem-se mobilizar os trabalhadores e discutir o mais amplamente possível os projectos do Governo que consideram uma «imposição colectiva», em vez da negociação que a Constituição garante aos trabalhadores sem excepção.

Por outro lado, a mobilização e o reforço da unidade tornam-se ainda mais necessários numa altura em que o Governo se prepara para estender essa «imposição» não apenas aos salários, mas aos despedimentos e ao «código de conduta», documento intolerável, que a Federação já denunciou como aqui foi referido oportunamente.

Os sindicatos reclamam do Governo uma explicação pública sobre esse assunto e afirmam entretanto que nunca serão acatadas normas do tipo das incluídas no chamado «projecto de código e de directivas de comportamento», que se comparam às medidas do fascismo.

# Reformados

## A miragem dos 19%

A magra insuficiência dos aumentos (19 por cento) para os reformados é motivo de uma nota da CGTP-IN que pergunta, no título, se quando esses aumentos vierem «os reformados ainda estarão vivos».

A Central unitária, ao acusar o Governo de demagogia perante as recentes marchas da fome dos reformados, sublinha que a promessa dos 19 por cento é «muito menor que o aumento do custo de vida, calculado em 30 por cento», respeitante ao ano corrente.

De facto, acrescenta a Inter, «que significado tem um aumento de 600 escudos (caso das pensões dos rurais e das pensões sociais) ou de 900 escudos (caso da mínima do regime geral) quando os transportes aumentaram este ano 70 por cento, o pão 37,5 por cento, o leite 100 por cento, a

carne (se alguém tiver a possibilidade de a comer) 50 por cento?»

Que significado têm os 19 por cento quando não foi revogada, «nem sequer para os pensionistas, a taxa dos 25 escudos por medicamento» quando os medicamentos não param de aumentar?

Frisa a Inter a seguir que «na realidade com este aumento as condições de vida dos reformados continuarão a degradar-se e certamente a curto prazo estes não terão sequer condições que lhes permitam continuar vivos...»

Além do mais, acrescenta a

\* 1.º Semestre de 1983

Embora parcelar, este triste panorama, que implica vários milhões de contos indevidamente retidos em muitos casos nos cofres dos patrões e de empresas públicas enquanto há trabalhadores e famílias inteiras reduzidas à miséria, deveria sensibilizar pelo menos o Governo quando lhe solicitam uma audiência.

Mas a sensibilidade deste Governo está noutra lado. Convém até à sua política que a situação se agrave, que mais empresas encerrem, que aumente o desemprego. Nesse sentido vai claramente a nova lei dos despedimentos (lay off)

e outras disposições já anunciadas pelo próprio ministro do Trabalho e secretário de Estado do Emprego.

É inevitável a luta contra esta política. As grandes manifestações e concentrações do dia 15 provaram, para além do resto, que os trabalhadores sem salários não lutam sozinhos, que a luta dos vidreiros é parte de acções de massas solidárias e activas que defendem os direitos básicos à vida e ao pão, no quadro de uma nova política que tire do atoleiro onde PS e PSD querem afogar a economia do país.

## Internacional

## ÁFRICA DO SUL

## TERRORISMO DE ESTADO

## Moçambique foi mais uma vez o alvo

## • Qual o papel de Portugal em África?

Em Maputo, capital de Moçambique, um comando das forças armadas sul-africanas cometeu um atentado bombista contra um escritório do Congresso Nacional Africano (ANC), movimento de libertação do povo da África do Sul. Balança, em termos humanos — cinco feridos. A acção terrorista contra esta instalação do ANC, destinada à distribuição de informação sobre o racismo e a luta popular na África do Sul contra o *apartheid*, foi prontamente reivindicada pelo governo de Pretória — em comunicado da responsabilidade do próprio ministro da Defesa!

Na prática política da África do Sul, este atentado não é um dado novo. Basta relembrar alguns factos recentes. Em 30 de Janeiro de 1982, um grupo de comandos sul-africanos entrou por território moçambicano e atacou Matola, assassinando refugiados sul-africanos. Também o ano passado, registou-se mais uma incursão armada na região de Ponta de Ouro e numerosos contingentes militares foram colocados ao longo da fronteira de Moçambique. Em 23 de Maio de 1983, aviões da África do Sul bombardearam bairros residenciais da capital moçambicana, provocando várias vítimas.

Em todas estas acções, o pretexto invocado é a necessidade de «defesa» da RSA contra o ANC e a SWAPO (movimento de libertação da Namíbia).

Armada de tal «razão» a África do Sul sente-se no direito de invadir (incluindo um país como o Lesoto, que nem sequer tem exército), assassinar, ocupar território de outros países, como é o caso de Angola. E defender mesmo, em comunicados oficiais, o direito de cometer acções terroristas.

Paralelamente arma, organiza, treina grupos contra-revolucionários que actuam em território de Angola e Moçambique. Pretendendo arvorar em «alternativa» política bandos que se dedicam ao terrorismo e à sabotagem económica contra os seus próprios povos, como é o caso dos bandidos, em Moçambique, e de grupos como a UNITA, em Angola.

Ou seja, a África do Sul declara o direito à agressão e à ingerência na vida interna de outros países, para defender um regime universalmente condenado pelo seu carácter profundamente desumano: o racismo.

E leva a cabo tal política — apesar da condenação mundial — com um perturbante avontade. Como é isso possível?

## Acusação na tribuna da ONU

Falando, há dias, da tribuna da Assembleia Geral das Nações Unidas, o ministro angolano dos Negócios Estrangeiros, Paulo Jorge, acusou claramente alguns países ocidentais de participarem, com a África do Sul, num plano para derrubar o governo de Angola — governo encabeçado pelo MPLA-Partido do Trabalho, que enquanto movimento de libertação conduziu o seu povo à independência nacional.

A concretização de tal plano — que conta com os bandos da UNITA como instrumento, e «alternativa» política — conduziria, conforme as palavras de denúncia de Paulo Jorge, a «instauração de um regime neocolonial em Angola, a liquidação da SWAPO e, por conseguinte, à inevitável liquidação do processo de independência da Namíbia».

Paulo Jorge manifestou igualmente a estranheza do governo angolano pelo facto de, com excepção do Canadá, nenhum dos países membros do grupo de contacto (teoricamente empenhado na solução do problema da Namíbia) — os EUA, a RFA, a França e a Grã-Bretanha — se ter pronunciado sobre a questão namibiana.

Assim se interligam os factos. A guerra não declarada que a África do Sul desenvolve contra vários países independentes do continente africano, tem razões e objectivos bem amplos. Trata-se de inventar o processo acelerado de independência e a opção socialista de Angola e de Moçambique, a libertação do Zimbábue. Trata-se de restabelecer o neocolonialismo nesta vasta e riquíssima zona do continente africano, e impedir uma Namíbia independente e progressista e mais ainda a inevitável futura libertação da África do Sul.

E nisso estão de acordo, não só o regime racista de

Pretória, como o imperialismo americano e diversos países da NATO, com grandes interesses económicos a defender. Basta lembrar que 350 grupos monopolistas operam na África do Sul ou que a quase totalidade das matérias-primas extraídas no país são exportadas para os EUA.

Razões de sobra para que não faltem armas nem poderio económico, mesmo a arma atómica, aos racistas da África do Sul. Armas e dinheiro dos EUA e da NATO, para assassinar no Maputo ou em Matola, no sul de Angola, como no Zimbábue ou no Lesoto, impondo a ameaça permanente das acções terroristas a estes povos, criando sérios obstáculos ao vital desenvolvimento económico de países profundamente marcados pela exploração colonial e neocolonial.

## Ambiguidades no papel de Portugal

Samora Machel foi acolhido nas ruas de várias cidades do

nosso país, aos gritos de «Frelimo, Frelimo!», caloroso acolhimento, comum aos que se empenham na defesa das conquistas do 25 de Abril e em verdadeiras relações de amizade e solidariedade entre os nossos dois países e povos — opções políticas profundamente indistricáveis.

De par destes princípios e desta base propiciadora das melhores relações entre Portugal e Moçambique, estiveram e estão em causa problemas mais estritamente económicos, de que a solução só será positiva no quadro de uma «cooperação em dois sentidos» como destacou Samora Machel.

Mas nem tudo é tão simples nas relações entre Portugal e países como Moçambique e Angola. Para além das excelentes possibilidades de desenvolvimento de laços de amizade e interajuda entre os povos. Há problemas muito reais. Inevitáveis quando no Poder temos um governo com uma política claramente de direita

## PCP condena firmemente

1. O PCP condena firmemente o atentado terrorista, perpetrado por um comando das forças armadas do regime racista da África do Sul, em Maputo. Esta operação de autêntico banditismo político — assumido oficialmente pelo governo racista — constitui um inqualificável atentado à soberania e à segurança da República Popular de Moçambique e uma manifestação de intolerável arrogância em relação à comunidade internacional e às normas que regem as relações internacionais.

2. O PCP sublinha, uma vez mais, que a operação terrorista ontem desencadeada contra a capital da RPM, se insere na política de agressão que o Governo racista — com a activa complicitude e apoio do imperialismo — leva a cabo, nomeadamente contra a RPM e a RPA.

3. Ao mesmo tempo que manifesta a sua inteira solidariedade e apoio ao povo e ao governo da RPM e ao Partido Frelimo, o PCP chama a atenção da urgência e necessidade de o Governo português tomar medidas efectivas para que sejam desarticuladas as actividades conspirativas e provocatórias daqueles que — em estreita complicitude e ligação com o governo racista da África do Sul — se servem da sua permanência em território português para organizar, planear e propagandear as suas acções criminosas contra os povos moçambicano e angolano.

O Secretariado do CC do PCP



Mais um ataque sul-africano a Moçambique. O pretexto é o mesmo — atingir o ANC. Na verdade a população de Moçambique é a vítima

## Israel: um milhão de trabalhadores em greve recusa política de Shamir

Uma semana depois de tomar posse, o governo de Isaac Shamir enfrentou o mais sério desafio popular registado em Israel nos últimos anos: um milhão de pessoas aderiram à greve de aviso de duas horas convocada pela central sindical Histadrut, como protesto contra o plano de austeridade anunciado pelas autoridades.

Tendo presente que Israel conta com três milhões e meio de habitantes, fácil é concluir a importância e o êxito alcançado por uma greve geral que mobiliza um terço da população. E também até que ponto a sobrevivência do «novo» governo está ameaçada.

Reprodução integral da equipa de Begin sem Begin, cuja estranha retirada da cena política se assemelha muito ao abandonar do barco que naufraga, o governo de Shamir

e pela gravosa política de instalação contínua de novos colonatos nas terras árabes ocupadas, a economia israelita chegou à beira da catástrofe. Os planos elaborados para vencer a crise pretendem que sejam os trabalhadores a pagá-la.

Assim, o plano de austeridade de Shamir passa por uma desvalorização imediata de 23 por cento da moeda nacional, por um aumento de 50 por cento dos preços dos produtos

de Shamir uma inovação em relação à de Begin, embora lhe tenha cabido na lógica inexorável do imperialismo informar os israelitas do preço que terão de pagar por ela, a questão que se coloca é de qual será a resposta de massas perante tal factura.

Agora não se trata «apenas» de uma guerra fora do país, da ocupação de terras cobicadas a quem não tem força para as defender.

Agora trata-se de pagar a factura ao imperialismo pelo «milagre económico» israelita. Trata-se afinal de justificar o investimento feito pelos Estados Unidos no Estado de Israel. Não chega o papel de genitor do imperialismo no Médio Oriente, nem tão pouco a



Isaac Shamir e Ariel Sharon, dois terroristas no governo de Israel ao serviço dos Estados Unidos

dispôs-se a por em prática um plano suicida a que chamou de austeridade. Gerado e alimentado em Washington com as teses de integração monetária de Milton Friedman, o plano previa entre outras coisas a transformação do dólar em moeda nacional de Israel.

O escândalo provocado pelo prontamente apelidado plano de dolarização, última cena da comédia da independência de Israel, provocou um coro de protestos que vão desde sectores da própria coligação governamental, a oposição trabalhista e a população israelita em geral. A corrida a compra de dólares, o encerramento da bolsa de Telavive, a demissão do ministro das Finanças agastado com a divulgação prematura do plano e os anúncios do primeiro-ministro de que o dilo não tinha qualquer fundamento, não passam de aspectos parcelares de uma situação cuja gravidade parece finalmente ser reconhecida.

Mas que a dolarização, discutida pelo ex-ministro das Finanças Yoram Aridor em Washington com o secretário de Estado do Tesouro dos EUA, Donald Regan, e George Schultz, se torne ou não uma realidade, o povo israelita tomou já consciência de que o tempo das vacas gordas acabou e que chegou a hora de conjugar esforços para que Israel mude de política.

Vivendo artificialmente dos empréstimos norte-americanos, abalada pela guerra no Líbano

de primeira necessidade, pela redução de mil milhões de dólares ao orçamento governamental, pelo fim da indexação dos salários em relação à inflação, pelo aumento de 23 por cento dos combustíveis.

## Israel na hora da mudança?

No conceito de austeridade do governo israelita não entra qualquer contenção das despesas militares. Como o novo primeiro-ministro fez questão de afirmar ao anunciar o seu programa de continuação da política do governo de Menahem Begin para o bem do povo de Israel, as tropas israelitas não retirarão do Líbano e novos colonatos serão instalados na Margem Ocidental do Rio Jordão.

De acordo com um porta-voz governamental, o objectivo é que até 1985 estejam instalados nos territórios árabes 120 mil israelitas; actualmente, os 112 colonatos reúnem um total de 30 mil judeus numa região onde vivem 900 mil árabes. Na anexação total pretendida por Israel todos os meios são válidos, incluindo a exterminação da população árabe. Só assim se compreendem as instruções dadas por Isaac Shamir aos tribunais, proibindo os julgamentos de colonos responsáveis por actos de violência contra a população árabe dos territórios ocupados! Não representando a política

disposição já anunciada do interesse de Israel em ver instalados no seu território os mísseis Pershing-2. Há que beber até ao fim o cálice da submissão aos interesses norte-americanos.

O que constitui obviamente um pau de dois bicos quer para Washington quer para os sionistas. Importa não esquecer que o Likud, partido de Begin e de Shamir em que assenta o governo, chegou ao poder canalizando o descontentamento popular pela política de austeridade dos anteriores governos trabalhistas. E nessa altura, em 1977, embora as medidas de austeridade deixassem igualmente muito a desejar, não se sonhava sequer com qualquer coisa tão imilhanente como a dolarização do shekel, moeda nacional.

A oposição prepara-se para exigir a realização de eleições gerais perante um parlamento onde há pouco mais de uma semana a equipa de Shamir passou à justa com os votos de 60 dos 120 deputados, 53 votos contra e uma abstenção.

A greve de um milhão de trabalhadores, apresentada como um aviso, mostra que existem em Israel forças bastantes para mudar o rumo do país, antes que seja demasiado tarde.

Um aviso para os sionistas? Certamente. Mas também um alerta para os trabalhistas. É que não basta mudar de governo, há também que mudar, e muito, de política.

## SALVADOR Três anos de unidade e luta pela independência e democracia

Outubro representa para os patriotas de El Salvador um mês especial, cuja importância se tem vindo a reflectir no ímpeto ainda mais forte com que se faz sentir o progresso das forças guerrilheiras na luta sem tréguas movida contra a ditadura. Em Outubro, há três anos, foi criada a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN), vanguarda político-militar formada por cinco organizações até aí dispersas.

Os patriotas salvadoreños deram nesse Outubro de 1980 o passo mais importante para atingir o objectivo comum de paz, liberdade, justiça e democracia: o passo que conduziu à unidade.

Tres anos depois da criação da FMLN as posições conquistadas quer a nível internacional quer a nível interno mostram a justiça da fusão de forças. Nem a feroz repressão interna nem o poderoso auxílio norte-americano às autoridades fantoches salvadoreñas conseguiram fazer calar a voz de um povo que se levantou em armas contra a ditadura.

As informações dos avanços da guerrilha em El Salvador são tema diário de qualquer agência de informação, que

por maiores malabarismos que faça não consegue esconder as sucessivas derrotas das forças governamentais. Os actos de terrorismo que não podem esconder, como os recentes assassinatos, perpetrados por fascistas salvadoreños contra vários dirigentes sindicais, entre os quais o secretário-geral da Federação Unitária Sindical, Santiago Hernandez, acabam em última análise em se transformar num libelo acusatório para o regime que não se tem poupado a esforços para apagar aos olhos da opinião pública internacional como controlando a situação no país.

Sobrevivendo à custa do apoio logístico, político, diplomático e militar dos Estados Unidos, sem os quais não du-

raria nem um mês, o regime de Magaña e D'Abuissou necessita mesmo assim dos «esquadrões da morte» para através do assassinato de populares inocentes apresentar «resultados» da luta contra os guerrilheiros.

Uma luta que, embora desigual, pendeu decisivamente a favor da FMLN que só nos primeiros dez dias de Outubro provocou mais de 360 baixas ao exército e ampliou o seu campo de operações a cerca de 80 por cento do território nacional. Nesse período, segundo uma informação oficial da Farabundo Martí, foram ocupadas onze localidades, recuperados 127 metralhadoras M-16, um morteiro 81 MM com 42 granadas, um morteiro de 60 MM com 25 granadas, uma metralhadora de 50 MM e 21 900 cartuchos de diferentes calibres. Nestes combates a FMLN fez 72 prisioneiros de guerra que, como tem sucedi-

do com os outros, serão em devido tempo entregues à Cruz Vermelha Internacional.

Paralelamente à actividade militar, que as forças governamentais não têm já nem coragem para desmentir, os guerrilheiros têm levado a cabo acções de sabotagem em sectores importantes da economia do país.

Nos primeiros dez dias de Outubro a FMLN entregou à Cruz Vermelha Internacional 57 soldados salvadoreños que se renderam durante os combates.

Incapazes de esconder os seus sucessivos fracassos, os fascistas de Salvador ajudados pela administração Reagan dedicam-se em particular ao bombardeamento de civis, como sucedeu nas localidades de Santa Elena e Transito já este mês.

Recusando as propostas de diálogo com a FMLN ou procurando ganhar tempo com fal-



sas iniciativas e declarações de vontade de resolução pacífica dos problemas de Salvador, os reaccionários salvadoreños e os enviados da Casa Branca mais não têm feito que prosseguir e alimentar um confronto sangrento condenado internacionalmente.

A famosa comissão presidida por Kissinger para estudar a situação na América Central não parece capaz de vencer as resistências da maioria dos países da região que desejam que os Estados Unidos terminem o seu envolvimento crescente nos conflitos internos dos países latino-americanos. A América Latina não quer continuar a ser o «quintal» dos Estados Unidos. E quer o imperialismo norte-americano o reconheça ou não o facto é que a derrota que está a sofrer em El Salvador representa um golpe mortal nas suas pretensões hegemónicas do continente americano.